



RC

Relatório & Contas
2019



tratolixo
gestão de resíduos urbanos
www.tratolixo.pt



Relatório&Contas

2019

Contacte-nos

—
Estrada 5 de Junho, nº 1 Trajouce
2785-155 São Domingos de Rana
t. +351 21 445 95 00
f. +351 21 444 40 30
residuos@tratolixo.pt | www.tratolixo.pt

Índice Remissivo

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1. QUEM SOMOS	9
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA	9
1.2. Dimensão da Organização	13
1.3. <i>Curriculum Vitae</i> dos Administradores	14.
1.4. Composição dos Órgãos Sociais	18
1.5. Organização da Empresa	21
1.6. Missão, Visão e Política Integrada	23
2. A NOSSA ACTIVIDADE EM 2019	30
2.1. Recepção de Resíduos	26
2.2. Tratamento e Valorização	34
2.3. Novas Infra-estruturas	42
2.3.1. Central de Triagem de Resíduos de Embalagem de Trajouce	42
2.3.2. Novo Edifício Social e de Serviços do Ecoparque de Trajouce	44
2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação	46
2.5. Sistema Integrado de Gestão	51
2.6. Licenciamentos e Requisitos Legais	51
2.7. Monitorização de Processo e Produto	52
2.8. Contratação Pública	53
2.9. Comunicação e Imagem	54
2.10 Gestão de Pessoas	56
3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	62
4. PERSPECTIVAS PARA 2020	70
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	72
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	75
7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	128
8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	130



Figura 1

Presidente
do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

No ano de 2019, a TRATOLIXO iniciou o processo de um novo troço no caminho da economia circular, da sustentabilidade, da relação com o Accionista e as Câmaras Municipais, do processo tecnológico, da segurança, da organização interna e da comunicação.

Durante o ano de 2019, verificaram-se duas alterações na Administração da TRATOLIXO. No mês de Maio uma alteração na presidência e no mês de Outubro, a saída de um Administrador.

A TRATOLIXO detém a competência do serviço em alta e as Câmaras Municipais do serviço em baixa. Trata-se de um sistema que deve funcionar integrado e coordenado com objectivos bem determinados. A estrutura operacional desta coordenação é a CAPER – Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos, cujas reuniões aumentaram de periodicidade, tendo sido aprovados vários projectos em conjunto e por unanimidade. Destaca-se o projecto de Recolha selectiva de biorresíduos, mais conhecido por *greenbags* ou sacos verdes, designadamente através da recolha experimental de resíduos alimentares em sacos verdes que são colocados no contentor dos

resíduos indiferenciados e recolhidos conjuntamente. No âmbito desta metodologia de recolha selectiva, a TRATOLIXO submeteu uma candidatura ao POSEUR que visa a adaptação do Tratamento Mecânico da TRATOLIXO, de modo a efectuar a separação automatizada dos sacos com os resíduos alimentares separados na fonte, bem como do aumento de capacidade de tratamento biológico, e que ficou classificada em primeiro lugar na listagem de mérito do POSEUR. Destaca-se igualmente o projecto da compostagem de resíduos verdes, classificado pelo POSEUR em segundo lugar ex-aequo. Estes dois projectos, quando implementados, representam um significativo salto qualitativo no desempenho e eficiência, assim como dos objectivos e metas do PERSU 2020+.

Participam nestas reuniões da CAPER o Accionista da TRATOLIXO, a AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos, e as quatro Câmaras Municipais, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, através das respectivas Vereadoras e/ou representantes dos serviços.

Foram igualmente submetidos dois

projectos de I&DT e dois projectos de sensibilização e responsabilidade ambiental à Sociedade Ponto Verde, cuja decisão se aguarda.

A Nova Central de Triagem, co-financiada em 85% pelo POSEUR, entrou em fase de período experimental, com um atraso decorrente da má situação financeira de um dos consorciados que tem conduzido a situações de atraso no pagamento a subempreiteiros.

O Edifício Multiusos (Edifício Social e de Serviços), também co-financiado pelo POSEUR, está concluído e em pleno funcionamento, tendo sido utilizado para a 10º reunião do Comité de Acompanhamento do POSEUR, com grande êxito.

O domínio da segurança e saúde no trabalho, tem sido tratado no âmbito do lema «Security is First». Neste sentido, tem sido transmitido este lema a todos os serviços, têm sido reforçados os trabalhos e estudos da segurança e saúde no trabalho, foi adquirido um novo carro dos bombeiros VUCI – Veículo Urbano de Combate a Incêndios – que permitirá reforçar as condições de segurança em Trajouce e na Abrunheira, que também beneficiará de um novo veículo. Têm sido dinamizadas as relações com os Quartéis de Bombeiros da região, nomeadamente através de apoio às suas actividades.

No âmbito da organização interna têm sido sucessivamente adoptadas as

iniciativas mais urgentes. Designadamente a informatização de todos os processos, que estará em concurso dentro de poucos dias e a adopção de indicadores de gestão de periodicidade semanal, mensal e trimestral, para a Administração e cada uma das Direcções de serviços.

Foram celebradas, nas instalações da TRATOLIXO, os 30 Anos da Constituição da Empresa, com uma festa dedicada aos trabalhadores, à qual presidiram o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e as quatro Câmaras Municipais.

No domínio da Comunicação, foram realizadas as acções previstas no “Plano de Acções de Educação e Sensibilização com Vista à Valorização de Resíduos Urbanos do Sistema AMTRES” co-financiado pelo POSEUR, designadamente: o RECICLAS, nas escolas dos quatro Concelhos; «Há Festa no Parque»; o acolhimento de várias delegações nacionais e estrangeiras; resposta a pedidos de informação, reclamações e dúvidas. De salientar a realização de duas propostas à SPV e da participação no torneio de futebol «Torneio da Colaboração», da qual a equipa da TRATOLIXO foi vencedora. Incentivou-se a criação da equipa de futebol da TRATOLIXO.

A Ordem dos Engenheiros aprovou a proposta da TRATOLIXO de realização de três seminários, sobre resíduos urbanos, que terão lugar em 2020. Ano em que serão realizados quatro seminários conjuntamente com as Câmaras Municipais de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

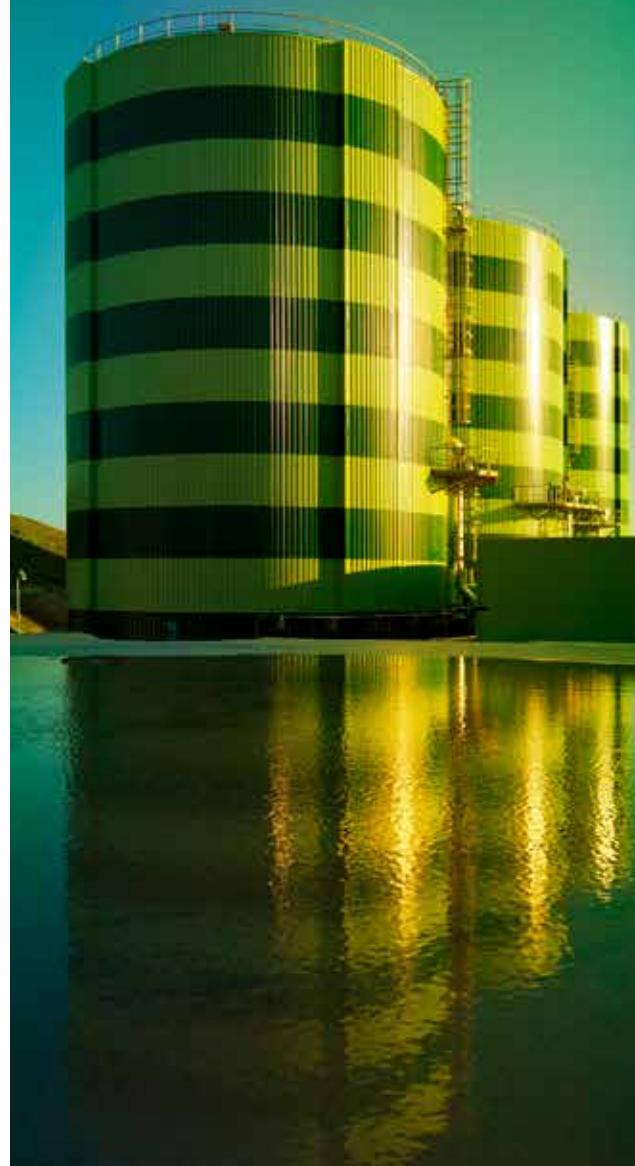
Está em curso o Plano Estratégico da TRATOLIXO para 2030, tendo sido concluído e publicado o relatório da 1^a fase, de análise e diagnóstico da situação. É um plano aberto à participação de entidades oficiais (designadamente APA, ERSAR, POSEUR e CCDRLVT) e de ilustres consultores, que aceitaram colaborar na sua realização.

Apesar dos investimentos realizados e das inúmeras actividades desenvolvidas, foi possível terminar o ano com resultados positivos e sem dívidas a fornecedores.

A todos os que nos têm apoiado e cooperado com o desenvolvimento das actividades da TRATOLIXO, os nossos mais profundos agradecimentos. Permitam-nos destacar: as Câmaras Municipais de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, que nos seus Presidentes e Vereações e Serviços de Resíduos, Serviços Municipalizados ou Empresa Municipal tem demonstrado cooperação, solidariedade e trabalho conjunto; a AMTRES que nos tem apoiado em todos os trabalhos realizados; os trabalhadores da TRATOLIXO que têm «vestido a camisola» abnegadamente; os clientes e fornecedores que têm diligenciado para que a TRATOLIXO tenha êxito.

O Presidente do Conselho de Administração

João Manuel Pereira Teixeira





**Abrangemos
753 km²
mais de
860.00 habitantes
9% da população
nacional**

1. QUEM SOMOS

1.1 A TRATOLIXO E.I.M., S.A.

Em 2019, a TRATOLIXO completou 30 anos de constituição, marco assinalável para a empresa enquanto entidade que representa um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) mais importantes de Portugal, em termos de população servida, resíduos geridos, capacidade infra-estrutural, desempenho ambiental e experiência no sector. Como apresentação inicial refere-se que a TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Já a origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos. Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985. Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo dum a empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%). A TRATOLIXO, que foi entretanto

constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992. No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o SGRU alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista. De seguida, em 2004 é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.



Figura 2

Espaço geográfico abrangido e localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

A Tratolixo presta serviço a 4 municípios.

Somos responsáveis pela gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.



Assim sendo, a TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro

municípios e a uma população de mais de 860.000 habitantes, o que constitui cerca de 9% do total de Portugal.

	População*	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU *** (2018)
Cascais	(2018)	Capitação	141 096
Mafra	(kg/hab.dia)**	Produção RU ***	47 310
Oeiras	(2019)	1,235	79 437
Sintra	388 434	1,258	178 332
Sistema AMTRES	861 134	1,420	446 174

*Estimativa Intercensitária do INE referente ao ano de 2018 (nº de habitantes)

**Dados de produção relativos a 2019 (toneladas)

***Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios

da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector. Com as suas três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.



Figura 3 Ecoparque de Trajouce vista imagem aérea 2019

3 décadas de experiência, infra-estruturas especializadas e dedicadas ao tratamento de resíduos.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque

da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra). Atendendo às exigências cada vez



3- ERICEIRA

- Ecocentro

2- ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA

- Central de Digestão Anaeróbia (CDA)
- Células de Confinamento Técnico (CCT)
- Ecocentro
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

1- ECOPARQUE DE TRAJOUCE

- Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS)
- Central de Triagem de Papel e Cartão
- Estação de Transferência de RSU e Resíduos de Embalagem
- Central de Valorização Energética de Biogás do Aterro de Trajouce
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

Figura 4 Infra-estruturas

maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de

sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos

As suas diversas infra-estruturas estão distribuídas pelos municípios de Cascais e Mafra

os processos e unidades da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela OHSAS 18001 / NP 4397 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto *know how* no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é *Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA)*, é associada da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA) de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da *Smart Waste*



Portugal (SWP) – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – associada da *World Biogas Association (WBA)* – associação comercial global dos sectores de biogás, gás de aterro e digestão anaeróbica (DA) – é associada da Associação para a Gestão de Resíduos ESGRA – associação que tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados no âmbito da gestão e tratamento de resíduos e o seu desenvolvimento estratégico a nível nacional – e associada da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – entidade nacional vocacionada para o estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores ambientais de águas e resíduos.

OBRIGADO



Figura 5

Ecoparque da Abrunheira

1.2 DIMENSÃO DA ORGANIZAÇÃO

 30 Anos de laboração 306 Trabalhadores 3 Certificações	 33.043.279 € Volume de negócios
 861.134 de Habitantes	 44.854 t de Produtos 21.190 MWh de Energia renovável
 4 Municípios 31 Freguesias 753 Km ²	 2 Ecoparques 1 Ecocentro 455.203 t de Resíduos

Figura 6

Dimensão da organização

1.3 CURRICULUM VITAE DOS ADMINISTRADORES



João Teixeira

Presidente

Nasceu em 1953. Licenciado em Engenheiro Civil pelo o IST e Urbanista. Trabalhou em instituições públicas durante 25 anos, 18 dos quais em cargos de liderança. Director em empresas privadas internacionais durante 13 anos. Autor de livros, relatórios e planos. Orador principal e participante, convidado em diversos congressos e seminários em Portugal, Espanha, França, Holanda, México, Brasil e Angola.

Desde Maio de 2019 Presidente da Tratolixo E.I.M., S.A.

Cargos anteriores de Liderança

2014 / Maio 2019 Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).

2014 / Maio 2019 Presidente do PORLisboa 2020, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional Lisboa 2020.

2009 / 2013 Presidente e Vice-Presidente do ECTP-CEU, Conselho Europeu dos Urbanistas.

2006 / 2009 Presidente da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa.

2007 / 2009 Presidente da GF, Gestão de Projectos, S.A.

2006 / 2009 Presidente da IMOHÍFEN – Mediação Imobiliária, S.A.

2004 / 2005 Coordenador Nacional do Programa POLIS.

1991 / 2003 Director do Projecto de Desenvolvimento do Caesar Park Hotel Portugal, na “Quinta da Penha Longa”.

1988 / 1991 Director Regional do Ordenamento do Território, CCDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo).

Ensino:

De 1982 a 2011 foi professor convidado em diversas faculdades: Instituto Superior Técnico, Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Principais Publicações:

- Editor do livro «A Centenary of Spatial Planning in Europe». European Council of Spatial Planners. Osman Publishing, 2013. ISBN: 978-99949-31-48-4.
- Autor do capítulo «Celebrating the Past and Facing the Future» no livro «A Centenary of Spatial Planning in Europe». European Council of Spatial Planners. Osman Publishing, 2013. ISBN: 978-99949-31-48-4.
- Autor do suplemento do livro «Celebration of the Centenary of Spatial Planning», no livro «A Century of International Federation of Housing and Planning, 1913-2013», Narayana Press, 2013. ISBN: 978-87-92700-07-0.
- Autor do capítulo «Smart Cities Tackling Cities Turning Point – More of the Same is not Enough» no livro «Quality of Space – Quality of Life». Planning for Urban Needs of Diverse Timeframes» AESOP, European Urban Summer School. Lusófona University. October 2011. ISBN: 978-1530185207.

Conselho de Administração

- Autor da introdução da publicação: The Eight European Urban and Regional Planning Awards. European Council of Spatial Planners. 2010.
- Autor do artigo: «Urban Renaissance: The Role of Urban Regeneration in Europe's Urban Development Future», na revista Serbian Architectural Journal, volume 2, 2010.
- Coordenador e autor (conjuntamente com Ana Ramos e Nuno Ventura Bento) da publicação: «Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo - Competitividade Internacional e Coesão Territorial e Social na RLVT 2030». CCDR-LVT. Maio 2018. ISBN: 978-972-8872-40-3.
- Autor do documento «Contributos para o Trabalho da Comissão Independente para a Descentralização». Maio 2019.
- Autor (conjuntamente com Maria João Martins) do Atlas da Habitação de Lisboa. EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa. 2007.
- Autor (conjuntamente com Maria João Martins) do Atlas da Habitação de Portugal. Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Dezembro 2007.
- Autor da tradução para português da Carta Europeia de Democracia Participativa nos Processos de Ordenamento do Território e do Urbanismo, «The European Charter on Participatory Democracy in Spatial Planning Process». European Council of Spatial Planners. Agosto 2017.
- Autor da nota do Presidente do Conselho Europeu de Urbanistas, ECTP-CEU, ao «Glossário do Desenvolvimento Territorial», tradução do Spatial Development Glossary, European Conference of Ministers responsible for Regional/Spatial Planning (CEMAT). DGOTDU. Setembro de 2011. ISBN: 978-972-8569-51-8.
- Autor da introdução da publicação em cirílico da nova Carta de Atenas, de Novembro de 2003, do Conselho Europeu de Urbanistas. Associação de Urbanistas da Sérvia. Outubro 2010. ISBN: 978-86-84275-24-2.
- Coordenação de várias publicações no âmbito da Economia Circular, das Alterações Climáticas e da Ordenação do Território.





Joaquim Sardinha

Vogal

Nasceu em 1954. Licenciado em Finanças, pelo ISE em 1976. Frequência de estágios e actualização profissional nos seguintes domínios: Planeamento Estratégico; Gestão de Stocks; Informática, Gestão Financeira; Avaliação de Projectos; Gestão da Produção; Sistemas Periciais; Sistemas de Informação; Marketing; Liderança, Gestão de Qualidade, Curso Avançado de Gestão Pública etc.

Desde Outubro de 2013 Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

Em representação do Município:

Presidente da Direção da AMTRES, Vice-Presidente da Direção da A2S , Membro do CA da GIATUL, EM, SA,Membro do CA da TRATOLIXO, SA e Formador e consultor de Gestão e de Projectos.

Outras actividades:

1976/1979 Membro da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Mafra;
1976/1978 Membro da Direcção dos Sindicato dos Economistas;

1979 Co-fundador da Liga dos Amigos de Mafra;
1983 Vogal da Comissão Interministerial de Localização do MARL;
1994/Fev. 12 Presidente da Assembleia Municipal de Mafra;
1996/Fev 12 Vice-presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa;
1992/Fev 12 Presidente do Conselho Fiscal da Frutoeste SCRL ;
1997/2011 Presidente da Assembleia Geral da Misericórdia de Mafra;
1993/1994 Presidente da A.G. da Banda Filarmónica da Ericeira;
2005/Fev2012 Presidente Conselho Fiscal da Associação de Agricultores de Mafra;
2009/Fev2012 Vogal da Direcção da AERLIS.

1.4 ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

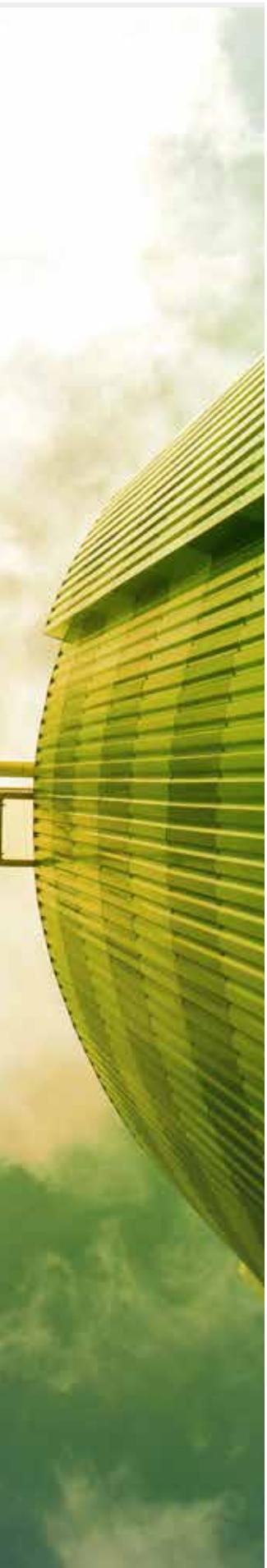
Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.

Em 2019, os órgãos sociais da TRATOLIXO apresentaram a seguinte composição.



Figura 8 Digestores
Ecoparque da Abrunheira



Órgãos Sociais

são compostos por uma Assembleia Geral, por um Conselho de Administração e um Fiscal Único Suplente.

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras
Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Moraes
Secretário: Eng.^º José Manuel Alves Crespo Afonso

Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Câmara Municipal de Mafra)

Dr.^ª Joana Micaela Salvador Baptista / Dr.^ª Zalinda Maria Campilho Coelho (Câmara Municipal de Oeiras, Observador)

Novembro 2019 – à data

Eng.^º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente
Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Câmara Municipal de Mafra)
Dr.^ª Joana Micaela Salvador Baptista / Dr.^ª Zalinda Maria Campilho Coelho (Câmara Municipal de Oeiras, Observador)

Conselho de Administração

Fevereiro 2018 – Abril 2019

Professora Doutora Susete Maria Martins Dias (Câmara Municipal de Sintra) – Presidente
Dr. João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho (Câmara Municipal de Cascais)
Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Câmara Municipal de Mafra)
Dr.^ª Joana Micaela Salvador Baptista / Dr.^ª Zalinda Maria Campilho Coelho (Câmara Municipal de Oeiras, Observador)

Fiscal Único

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.^º SROC 223

Maio 2019

Dr. João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho (Câmara Municipal de Cascais)
Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Câmara Municipal de Mafra)
Dr.^ª Joana Micaela Salvador Baptista / Dr.^ª Zalinda Maria Campilho Coelho (Câmara Municipal de Oeiras, Observador)

Fiscal Suplente

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.^º 1318.

Junho 2019 – Outubro 2019

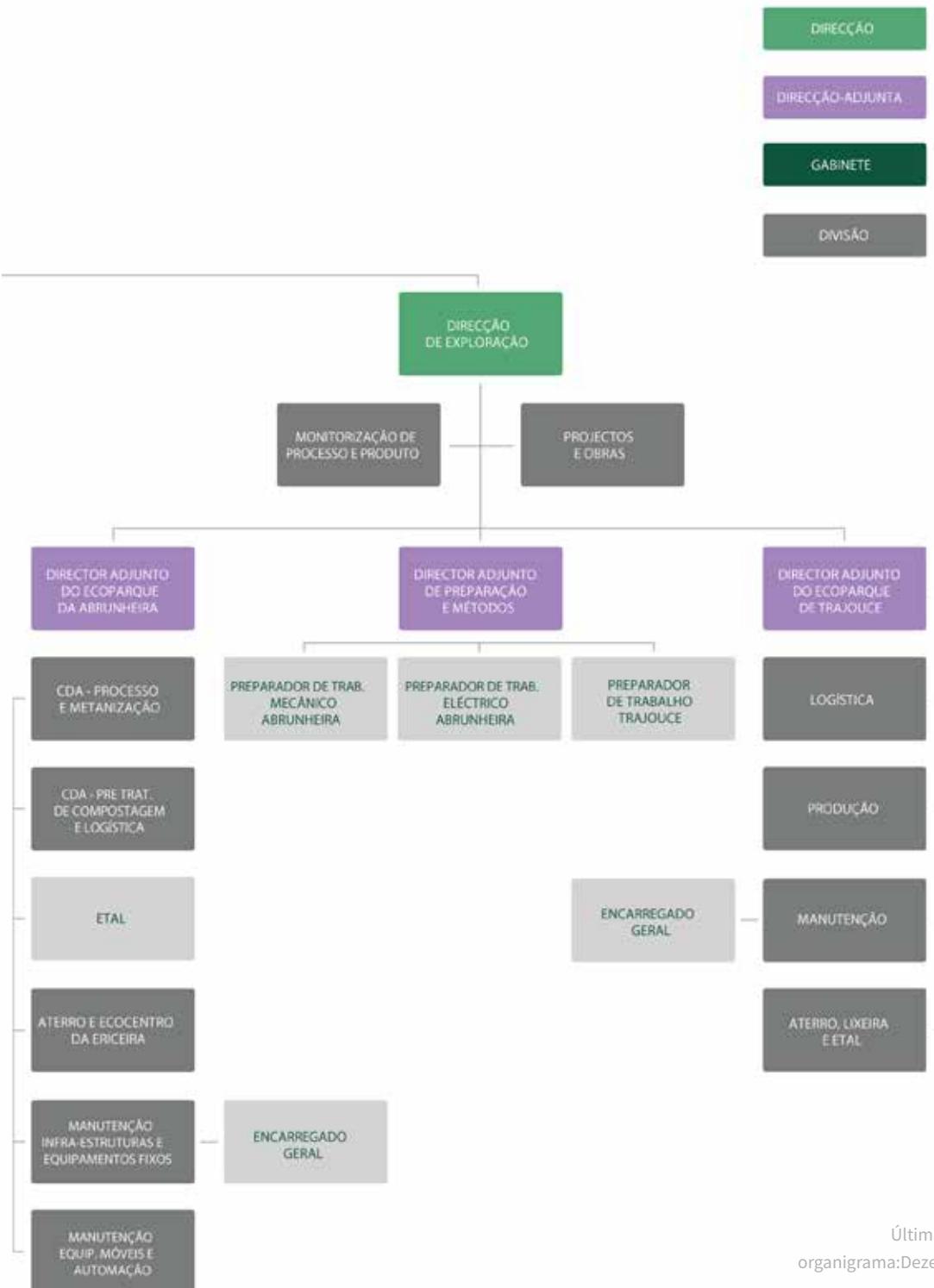
Eng.^º João Manuel Pereira Teixeira – Presidente
Dr. João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho (Câmara Municipal de Cascais)

1.5. ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

Organização da empresa



A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte:



Última actualização
organigrama:Dezembro de 2016



1.6 MISSÃO, VISÃO E POLÍTICA INTEGRADA

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.

2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.

3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

4. Proteger o ambiente, prevenindo a poluição e assegurando a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.

5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.

6. Proporcionar aos colaboradores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações

individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.

7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratos para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.

8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.

9. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.

10. Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho da Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.



A NOSSA ACTIVIDADE

História & Experiência

Foi constituída em 1989 por iniciativa dos municípios e iniciou a sua actividade de tratamento de resíduos em 1990, explorando hoje em dia 2 ecoparques industriais e um ecocentro dedicados ao tratamento de mais de 450 mil t de resíduos produzidas pelos cidadãos do Sistema AMTRES e particulares.

30

Anos
de Experiência

Resultados Económico-financeiros

A importante gestão do EBITDA possibilitou que se alcançasse o RL pretendido.

8M€

de EBITDA

Produção de Energia

Em 209 foram produzidas cerca de 21 GW/h de energia a partir de fonte renovável, equivalente ao consumo energético de 15.000 famílias.

**21
GWh**

Energia

Tratamento e Valorização

Um total de 92% dos resíduos recolhidos no Sistema AMTRES foram alvo de operações de reciclagem e outros tipos de valorização, enquanto que apenas 8% dos resíduos recolhidos foram encaminhados directamente para uma operação de eliminação (células de confinamento técnico).

92%

Resíduos tratados e valorizados

2. A NOSSA ACTIVIDADE EM 2019

2.1 RECEPÇÃO DE RESÍDUOS

A quantidade total de resíduos recepcionada em 2019 no conjunto de instalações de tratamento da TRATOLIXO ascendeu a mais de 455.000 t oriundas dos seus municípios e particulares, valor na ordem de grandeza do ano anterior e que constitui uma ligeira diminuição (de -0,1% e -326 t) em relação a 2018.

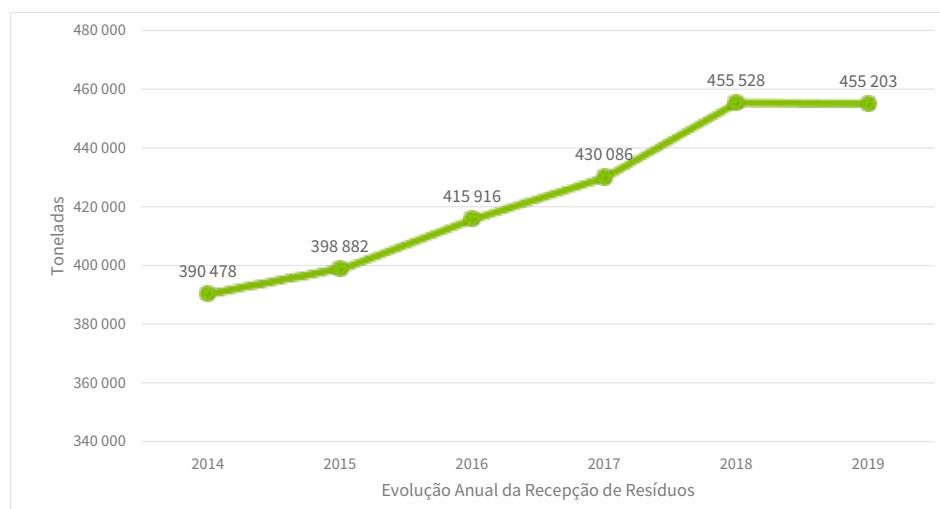


Figura 9 Total de Resíduos Recebidos

Este comportamento não foi partilhado por todos os municípios, já que se verificaram aumentos na produção de resíduos dos municípios de Mafra e Sintra, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Δ 2018-2019
Cascais (t)	120 045	128 625	133 676	134 883	141 201	141 096	-0,1%
Mafra (t)	37 580	37 757	39 955	42 374	46 158	47 310	2,5%
Oeiras (t)	71 192	72 935	75 870	74 452	79 689	79 437	-0,3%
Sintra (t)	157 629	156 726	162 197	170 497	177 924	178 332	0,2%
Particulares (t)	4 032	2 839	4 218	7 880	10 556	9 029	-14,5%
TOTAL DE RESÍDUOS (T)	390 478	398 882	415 916	430 086	455 528	455 203	-0,1%

Denote-se que a evolução da produção de Resíduos Urbanos (RU) no Sistema AMTRES entre 2003 e 2019 se caracterizou por um incremento até ao ano de 2009, tendo depois diminuído progressivamente, atingindo valores mínimos em 2014.

Atendendo a que produção de resíduos está fortemente relacionada com o consumo e com o crescimento económico, ocorreu um aumento gradual da mesma a partir de 2015 a par com o aumento do produto interno bruto (PIB) como consequência de uma maior estabilidade económica e aumento do consumo dos cidadãos, bem como do crescimento do turismo na região da AMTRES, conforme se pode analisar no gráfico seguinte.

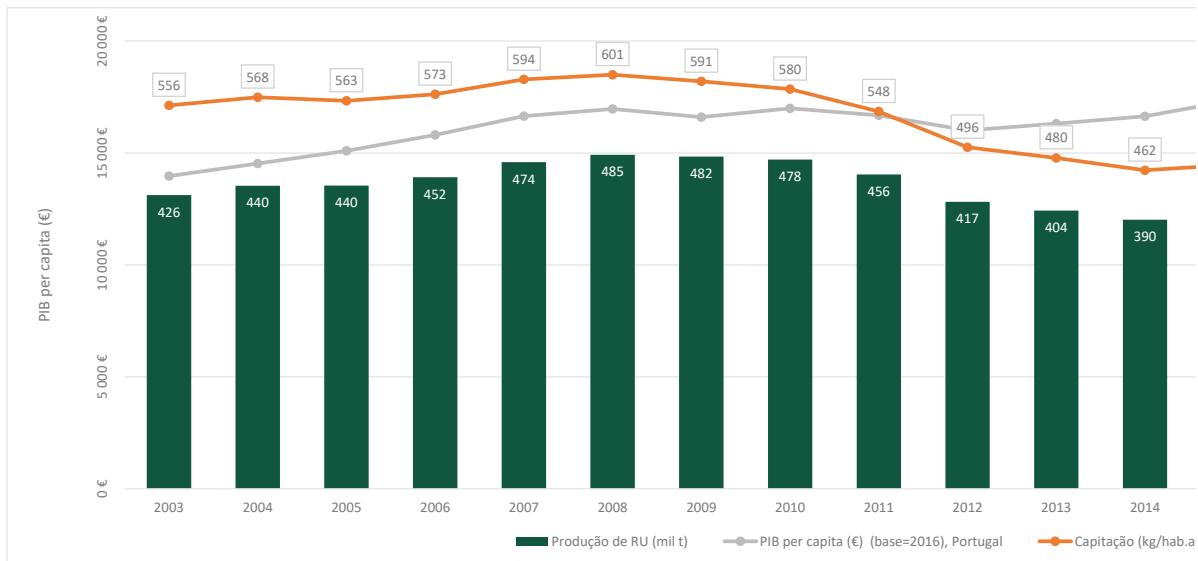


Figura 10

Crescimento do Turismo na zona AMTRES

Os resíduos produzidos pelos municípios que integram o Sistema são divididos quanto à sua natureza em Resíduos Urbanos provenientes de recolha selectiva – integrando-se nesta categoria os resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial (RSMM) vidro, papel/cartão e embalagens e os oriundos de recolha selectiva de biorresíduos, ou seja, resíduos verdes e resíduos orgânicos (RO) – e os resíduos provenientes de recolha indiferenciada – categoria na qual se incluem os resíduos indiferenciados, os monstros e os resíduos de limpeza.

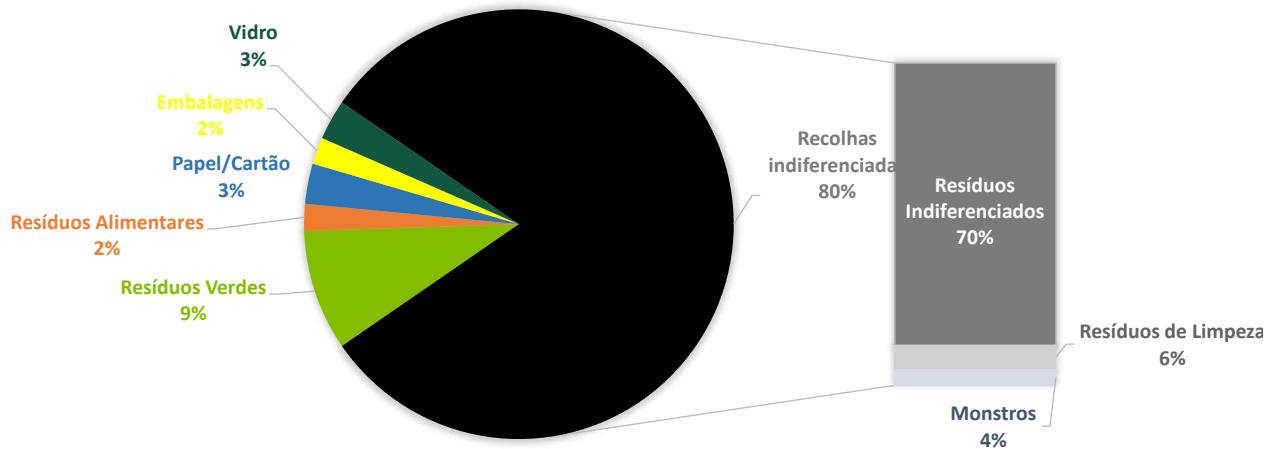


Figura 11

Distribuição do Volume de Actividade por tipologia de Resíduo

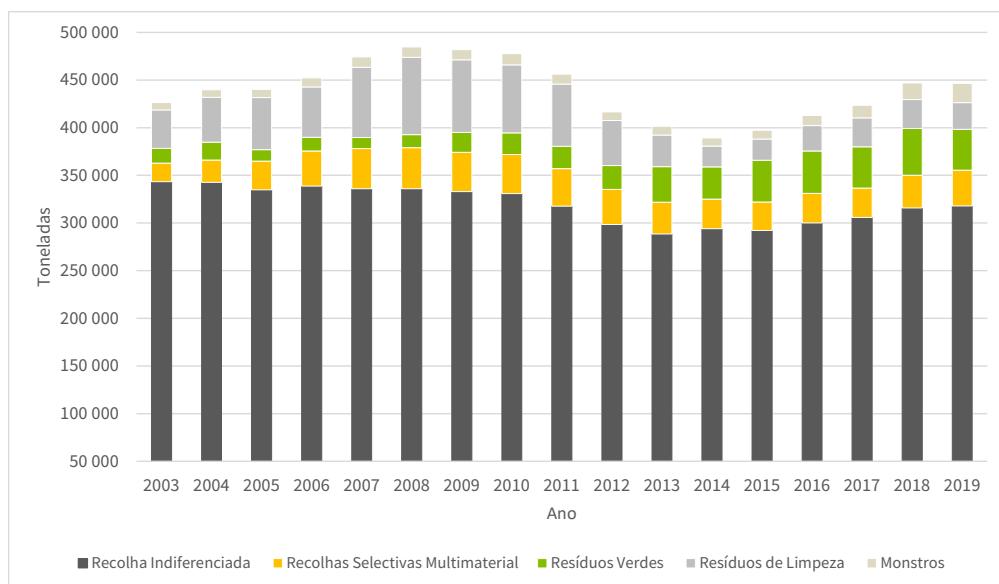


Figura 12

Percentagem de Recolhas por tipo de Resíduo

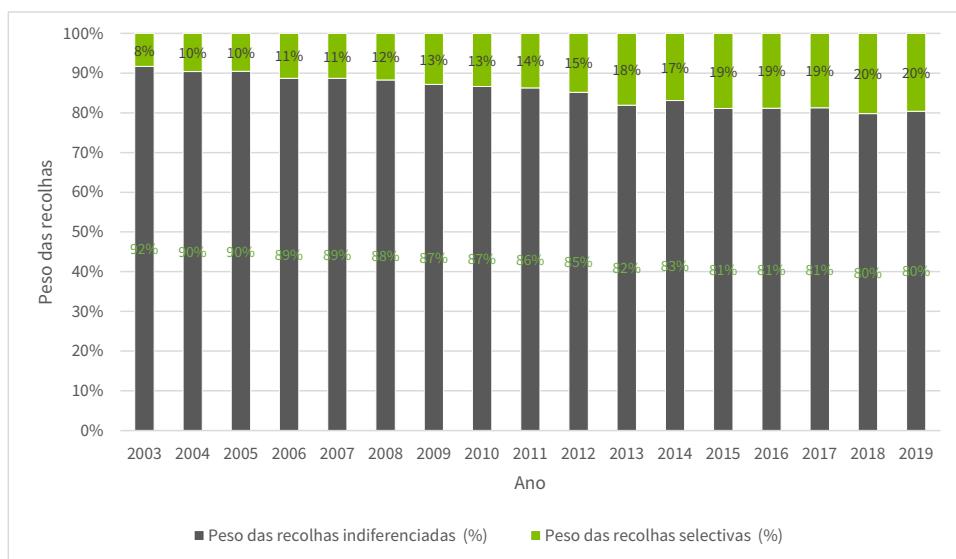


Figura 13

Proporção de Resíduos provenientes das Recolhas Selectiva e Indiferenciada

Da análise dos gráficos anteriores retira-se, como primeira conclusão, que a composição dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES e recebidos nas instalações da TRATOLIXO em 2019 manteve-se sem alterações relevantes quando comparada com anos anteriores, verificando-se serem as recolhas indiferenciadas as que representam a maior proporção do total de resíduos recebidos na empresa, com 80% face ao total de resíduos. Já as recolhas selectivas constituem, actualmente, apenas 20%.

No entanto, ao longo dos anos tem-se verificado um aumento contínuo da proporção de resíduos provenientes de recolha selectiva devido sobretudo à maior entrega de biorresíduos, com consequente diminuição da proporção de resíduos de recolha indiferenciada.

Segregando as recolhas selectivas entre os biorresíduos e as recolha selectiva multimaterial verifica-se que o peso da recolha selectiva multimaterial é de apenas 8% face ao total e a recolha de biorresíduos corresponde a 11%, conforme é possível observar no gráfico seguinte, sendo que, dentro dos biorresíduos, a recolha selectiva de resíduos orgânicos atinge apenas 2%.

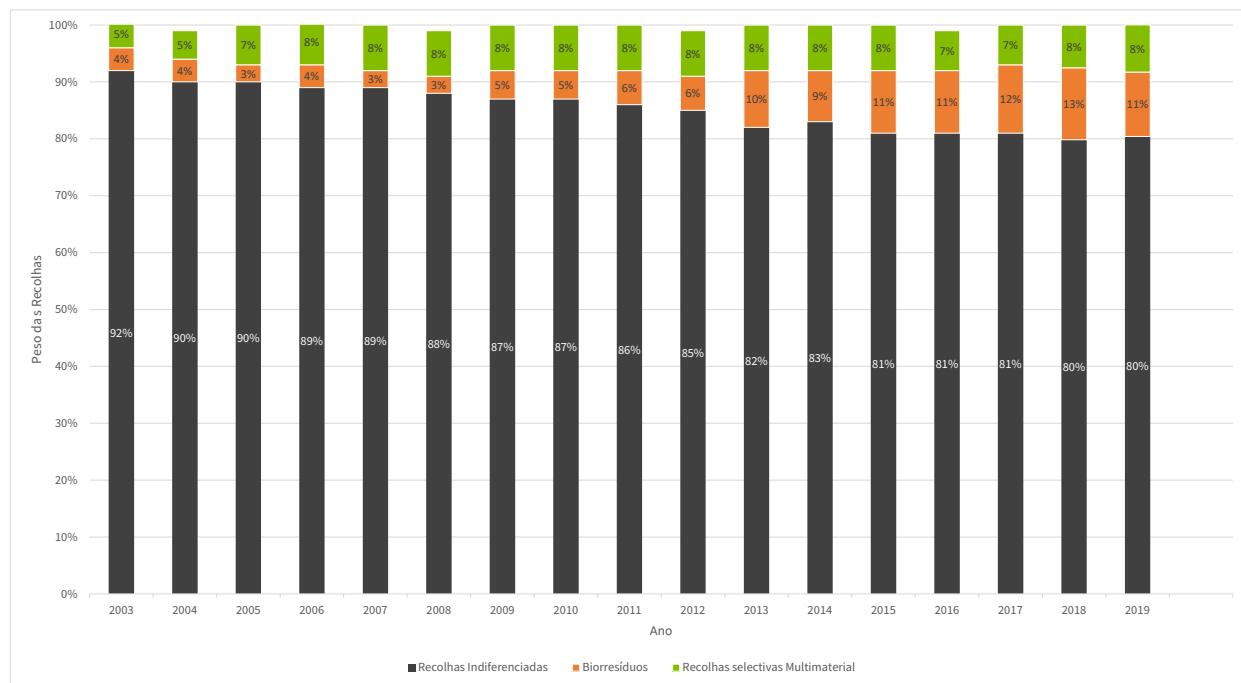


Figura 14

Percentagem de Recolhas por tipo de Resíduo

As recolhas selectivas multimaterial sofreram decréscimos acentuados desde 2009, tendo-se verificado uma redução de 27% nas recolhas selectivas de vidro, papel/cartão e embalagens no período 2008-2015. Em 2016 as recolhas selectivas multimaterial começaram a apresentar um ligeiro crescimento, tendo o ano de 2019 registado resultados muito favoráveis embora ainda longe de atingir as metas de 53 kg/hab.ano previstas no PERSU 2020.

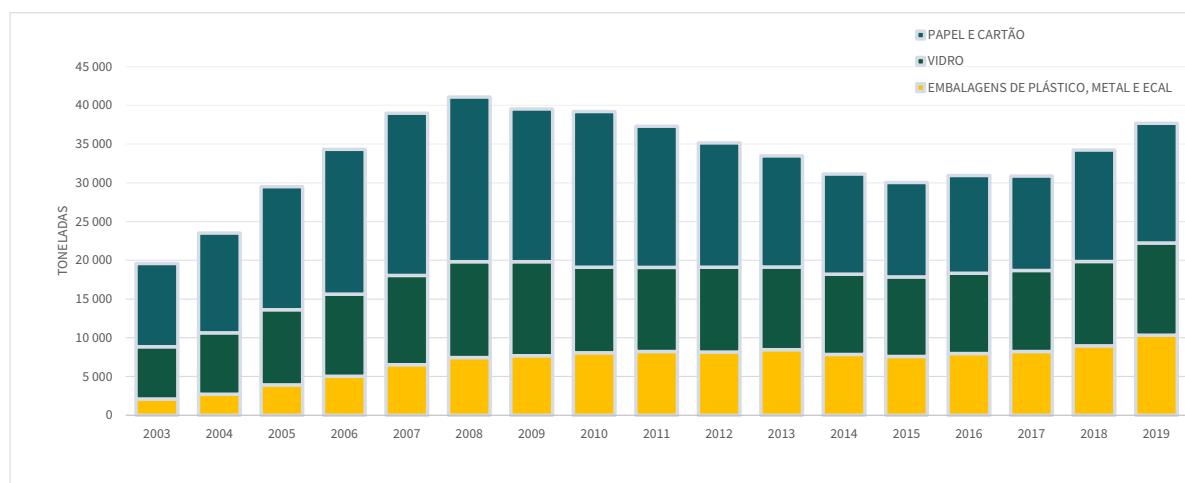
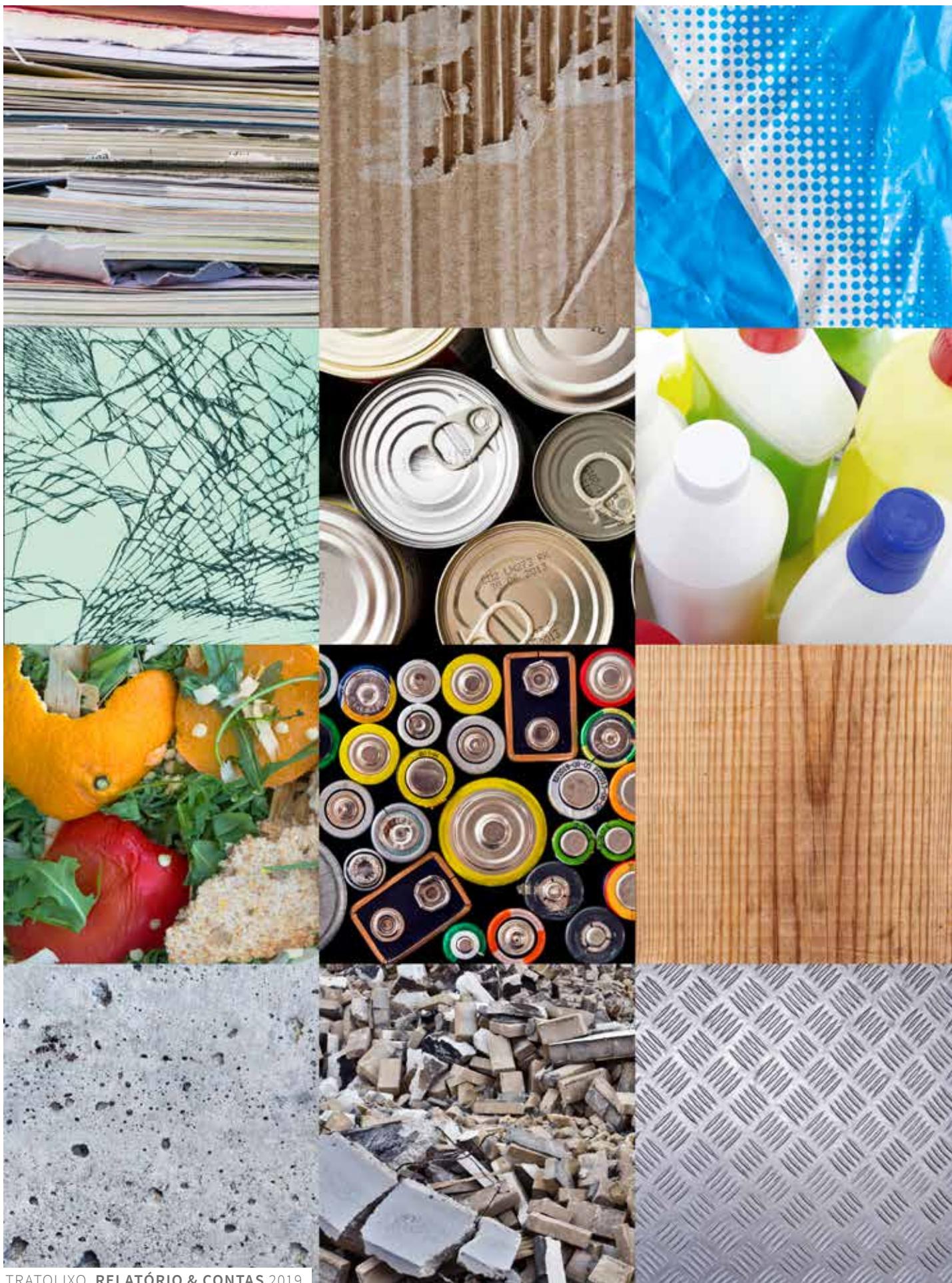


Figura 15

Evolução das recolhas selectivas Multimaterial



Analisando especificamente os vários tipos de recolhas por fluxo de resíduos e por município verifica-se ter-se registado, em 2019, um ligeiro crescimento de +0,7 % (+2.468 t) no conjunto das recolhas indiferenciadas, destacando-se os aumentos nas recolhas de resíduos indiferenciados (+0,6% e +1.994 t) e de monstros (+15,1% e 2.620 t) enquanto que a recolha de resíduos de limpeza obteve uma diminuição de -7,1% (-2.147 t) face ao ano anterior, tal como se verifica no quadro seguinte.

	RECOLHAS INDIFERENCIADAS (RI)						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Δ 2018-2019
Resíduos Indiferenciados (t)	294 036	292 136	300 162	305 835	315 838	317 832	0,6%
Cascais (t)	84 883	85 116	87 704	89 563	90 321	89 891	-0,5%
Mafra (t)	29 435	29 498	30 691	31 956	33 414	33 476	0,2%
Oeiras (t)	55 635	55 963	57 359	58 017	59 639	59 790	0,3%
Sintra (t)	122 007	121 088	124 051	126 030	132 204	134 456	1,7%
Particulares (t)	2 076	470	357	269	260	219	-15,7%
Resíduos de Limpeza (t)	21 845	22 250	26 744	30 409	30 378	28 231	-7,1%
Cascais (t)	7 466	8 041	8 778	7 602	8 022	8 156	1,7%
Mafra (t)	1 472	1 458	1 816	1 852	2 256	3 134	38,9%
Oeiras (t)	2 326	3 123	4 772	2 639	4 697	2 947	-37,3%
Sintra (t)	10 562	9 584	11 332	18 306	15 356	13 950	-9,2%
Particulares (t)	19	44	46	10	46	44	-5,9%
Monstros (t)	8 560	9 105	10 651	13 260	17 380	19 999	15,1%
Cascais (t)	2 397	2 826	3 284	3 778	4 908	4 974	1,3%
Mafra (t)	1 320	1 261	1 731	2 388	2 759	3 569	29,3%
Oeiras (t)	1 520	1 723	1 768	2 029	2 284	3 042	33,2%
Sintra (t)	1 814	1 702	2 006	2 674	4 050	5 543	36,9%
Particulares (t)	1 509	1 593	1 863	2 392	3 379	2 872	-15,0%
Total Recolhas Indiferenciadas(t)	324 441	323 491	337 557	349 504	363 595	366 062	0,7%

Quanto às recolhas selectivas multimaterial, estas acompanharam a tendência de crescimento em 2019 já mencionada, com +10,1 % (+3.442 t) e que se deve ao empenho dos municípios ao longo destes anos na sensibilização dos cidadãos e investimento daqueles nas recolhas selectivas, revelando o seu comprometimento com as metas em matéria de gestão de resíduos.

	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Δ 2018-2019
Papel/Cartão (t)	12 930	12 166	12 614	12 185	14 379	15 449	7,4%
Cascais	4 099	4 016	4 167	3 797	4 601	4 861	5,7%
Mafra	1 120	1 099	1 200	1 230	1 359	1 585	16,6%
Oeiras	3 600	3 403	3 299	3 442	3 786	3 996	5,5%
Sintra	4 093	3 642	3 946	3 712	4 613	4 999	8,4%
Particulares	18	6	2	5	20	9	-56,1%
Embalagens de Plástico, Metal e ECAL (t)	7 848	7 595	7 965	8 238	8 966	10 330	15,2%
Cascais	2 177	2 182	2 281	2 476	2 750	3 102	12,8%
Mafra	681	657	682	735	792	939	18,7%
Oeiras	1 835	1 826	1 894	2 003	2 301	2 518	9,5%
Sintra	3 071	2 871	3 086	2 990	3 075	3 743	21,7%
Particulares	83	59	22	34	49	26	-46,4%
Vidro (t)	10 352	10 269	10 356	10 449	10 885	11 894	9,3%
Cascais	3 016	3 127	3 180	3 309	3 488	3 785	8,5%
Mafra	1 078	1 094	1 096	1 160	1 211	1 319	9,0%
Oeiras	2 219	2 181	2 255	2 274	2 379	2 616	10,0%
Sintra	4 039	3 864	3 826	3 700	3 808	4 161	9,3%
Particulares	1	3	0	6	0	13	12520,0%
Total Recolhas Selectivas Multimaterial (t)	31 130	30 030	30 934	30 872	34 231	37 673	10,1%

Este facto é assinalável, uma vez que é a primeira vez desde o período pré-crise económica nacional que o crescimento das recolhas selectivas multimaterial do Sistema AMTRES – em termos de toneladas recolhidas – é mais acentuado do que a recolha de resíduos indiferenciados.

Todos os materiais terminaram 2019 com variações positivas face a 2018 – papel/cartão com +7,4% (1.070 t), embalagens com +9,3% (+1.009 t) e vidro com +15,2% (+1.363 t) – e em todos os municípios, o que demonstra que as acções levadas a cabo pelos mesmos em termos de sensibilização e de reforço da recolha selectiva estão a ser bem sucedidas.

A evolução da recolha dos materiais provenientes do ecoponto é mais assinalável nas embalagens de plástico, metal e ECAL – consequência certamente da recente consciencialização e discussão nacional para a problemática dos plásticos – e no papel/cartão, material que enfrentou no passado um sério problema de desvio dos canais de recolha municipais.

Por último, em termos de recolha selectiva de biorresíduos verifica-se ter ocorrido um forte decréscimo de -10,8% (-6.235 t) justificado pelo desvio registado nos resíduos verdes, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

	RECOLHA SELECTIVA BIORRESÍDUOS						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Δ 2018-2019
Resíduos Orgânicos (t)	1 242	1 582	3 034	6 429	8 588	8 784	2,3%
Cascais (t)	0	41	29	0	626	1 446	131,0%
Mafra (t)	458	453	493	622	577	634	10,0%
Oeiras (t)	705	752	765	754	775	907	17,0%
Sintra (t)	0	0	0	0	0	0	0,0%
Particulares (t)	78	337	1 746	5 053	6 610	5 797	-12,3%
Resíduos Verdes (t)	33 665	43 778	44 391	43 281	49 115	42 683	-13,1%
Cascais (t)	16 007	23 276	24 254	24 359	26 487	24 881	-6,1%
Mafra (t)	2 016	2 237	2 245	2 431	3 790	2 653	-30,0%
Oeiras (t)	3 351	3 964	3 758	3 294	3 828	3 620	-5,4%
Sintra (t)	12 042	13 975	13 951	13 085	14 817	11 479	-22,5%
Particulares (t)	249	326	183	111	192	50	-73,8%
Total Biorresíduos(t)	34 907	45 361	47 425	49 710	57 703	51 467	-10,8%

Ainda sobre esta tipologia de recolha, destaque positivo para o aumento de +2,3% (+197 t) nos resíduos orgânicos, certamente resultado do esforço dos municípios na recolha dedicada deste fluxo de resíduos, o que permite a rentabilização do funcionamento da unidade de tratamento biológico da Abrunheira e consequente cumprimento futuro das metas comunitárias adoptadas no PERSU 2020+ em termos de desvio de Resíduos Urbanos de aterro.

**Desde o período pré-crise
económica nacional
assinala-se crescimento
de recolhas selectivas
multimaterial**



2.2 TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO

Os resíduos recebidos na TRATOLIXO são sujeitos, mediante a capacidade das instalações da empresa, a processos de tratamento e valorização em conformidade com a hierarquia de gestão de resíduos, dando origem a produtos valorizáveis – que são comercializados – mas também a rejeitados, devidamente encaminhados para destino final adequado.

O destino directo a que esses resíduos foram sujeitos nas instalações da empresa durante o ano de 2019 prova essa preocupação, a qual está patente na distribuição do gráfico abaixo.

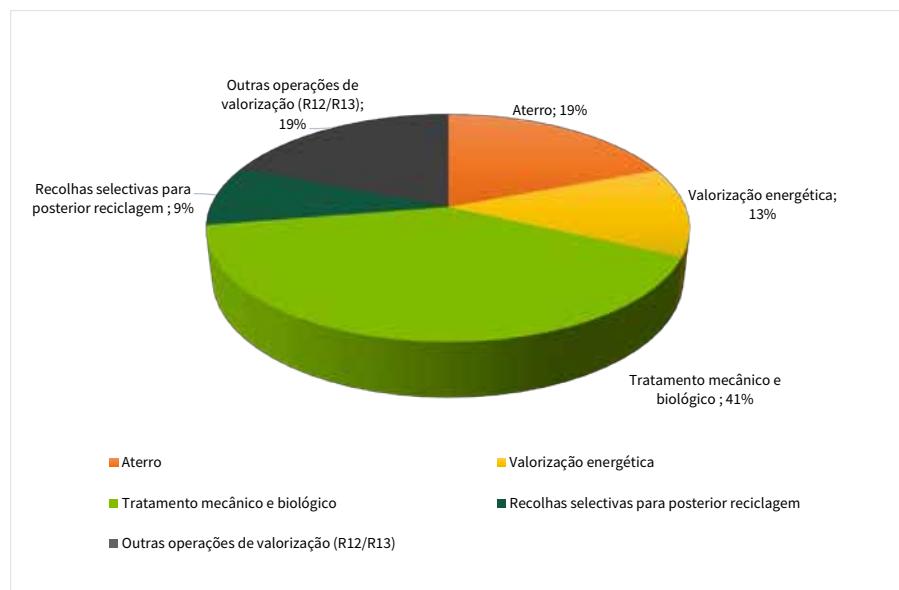


Figura 16

Percentagem de Recolhas por tipo de Resíduo

Nota: Resultados provisórios sujeitos a validação pela ERSAR

É possível verificar que, durante o ano de 2019, um total de 81% dos resíduos recolhidos no Sistema AMTRES foram alvo de operações de reciclagem e outros tipos de valorização, enquanto que apenas 19% dos resíduos recolhidos foram encaminhados directamente para uma operação de eliminação (aterro) – neste caso, as CCT da Abrunheira. Garantindo um funcionamento operacional optimizado e suportado em metodologias certificadas, a empresa promove anualmente a melhoria contínua da actividade desenvolvida nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de produtos valorizáveis e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho é, por um lado, fundamental para a redução de custos, mas é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas do PERSU 2020 impostas ao Sistema AMTRES.

Os processos operacionais da empresa estão suportados na triagem dos vários materiais e resíduos valorizáveis recebidos, potenciando, assim, o seu encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização.

O recente investimento na construção da nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem de Trajouce constitui o exemplo mais relevante de medidas implementadas para fazer face a estas preocupações.

Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos nas várias infra-estruturas da empresa – CITRS, CDA, CT e Ecocentros – são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos.

Atendendo apenas aos resíduos que constituem produtos comercializáveis para a TRATOLIXO – via entidades gestoras ou não – em 2019 foram encaminhados para reciclagem 48.896,87 t de resíduos, distribuídos pelas categorias de produto que se apresentam no quadro abaixo.

Produto	Quantidade (t)
Papel/Cartão *	12 616,10
Plásticos/Metais **	7 712,15
Vidro	12 345,44
Outros ***	16 223,18
TOTAL	48 896,87

*Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

**Inclui materiais das recolhas selectiva, indiferenciada e ecocentros;

***Inclui REEE's, pilhas e acumuladores, pneus usados e estilha.

É expectável que estes resultados venham a evoluir favoravelmente nos próximos anos, atendendo à evolução favorável verificada nas recolhas selectivas e à estabilização e optimização do funcionamento da nova CT de Trajouce, que permitirá internalizar completamente um serviço actualmente subcontratado, obter níveis de eficiência processual muito superiores aos registados actualmente e, assim, uma maior recuperação de materiais destinados a reciclagem.

Salienta-se que estes quantitativos dizem respeito a resíduos que estão associados aos destinos directos “Recolhas selectivas” e “Tratamento mecânico e biológico” representados graficamente acima.

Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos no processo de triagem, a etapa de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos permite efectuar a produção de composto na CDA da Abrunheira que atingiu, em 2019, um total de 9.869,70 t, um valor que representa um decréscimo de -12,92% (-1.464,08 t) face ao ano anterior, motivado pela menor quantidade de resíduos valorizados organicamente na CDA, associado à avaria verificada nos motogeradores no 1º trimestre do ano.

Ainda resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos nesta instalação, obteve-se a produção e venda de 21.190,42 MWh de energia eléctrica, valor que se encontra em linha com o resultado do ano anterior – verificando-se somente um ligeiro decréscimo de -0,17% face a 2018, o que revela a recuperação processual efectuada após a resolução dos problemas que se verificaram nos motogeradores.

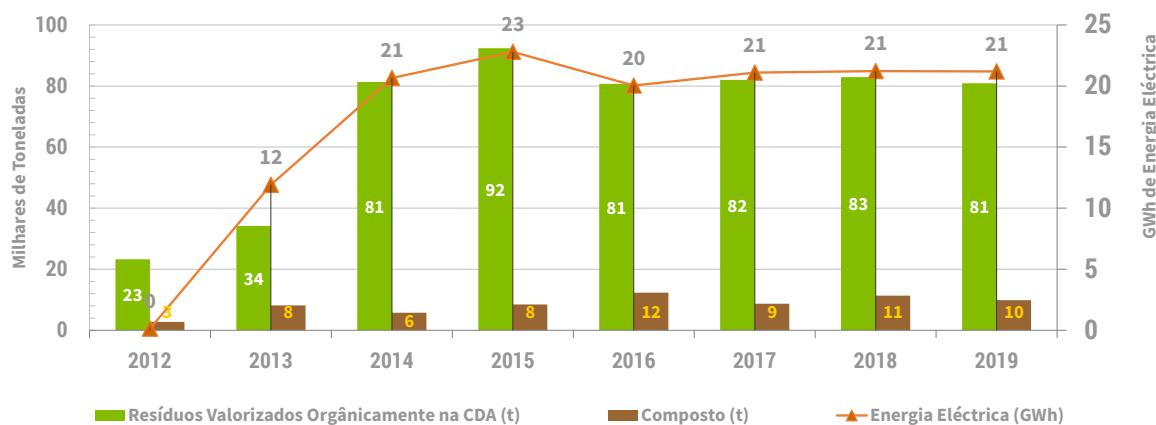


Figura 17

Percentagem de Recolhas por tipo de Resíduo

No respeitante à actividade desenvolvida nos Ecocentros da TRATOLIXO, há que salientar a importância dos mesmos para a entrega dedicada, por parte dos cidadãos e outros produtores, de vários fluxos de resíduos especiais – ex.: pneus usados, REEE's, etc – entre outras tipologias de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

Atendendo à variedade de resíduos com possibilidade de serem recepcionados nestas infra-estruturas, considera-se ser uma excelente oportunidade para promover a recolha selectiva de têxteis e pequenas fracções de resíduos perigosos domésticos, cuja meta estabelecida no PERSU 2020+ impõe a obrigatoriedade de recolha a partir de 2025, ao abrigo da aprovação do Pacote da Economia Circular e revisão da Directiva-Quadro de Resíduos.

Dedica-se, por isso, uma análise específica aos movimentos ocorridos nestas infra-estruturas durante o ano de 2019.

No Ecocentro da Ericeira foram entregues 1.905,34 t de resíduos durante o ano a que reporta este relatório, representando um acréscimo de +12,63% (+213,70 t) face ao ano de 2018.

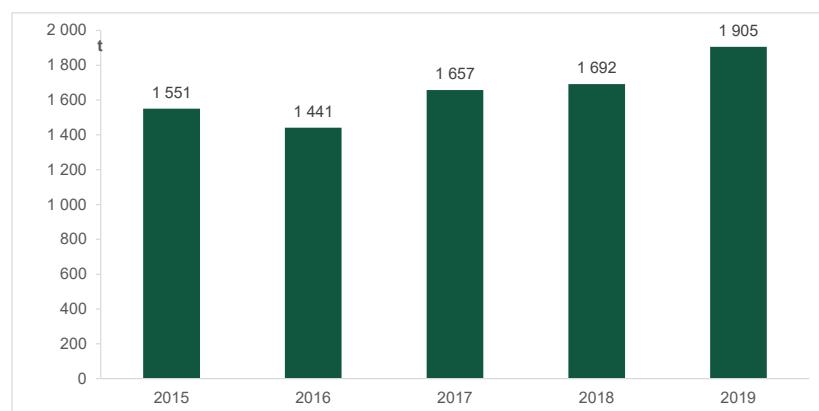


Figura 18

Resíduos recebidos: Ecocentro Ericeira

Em termos de número de utilizadores, registaram-se em 2019 um total de 11.268 utilizadores entrados nesta instalação, o que constitui um decréscimo de -4,78% (-566 utilizadores) face ao verificado em 2018.

Esta diminuição foi generalizada a todos os tipos de utilizadores. No entanto, deve ser salientado que os utilizadores particulares continuam a representar a maioria dos utilizadores entrados neste ecocentro (58%), tendo esta percentagem vindo a aumentar anualmente, conforme se verifica no gráfico seguinte.

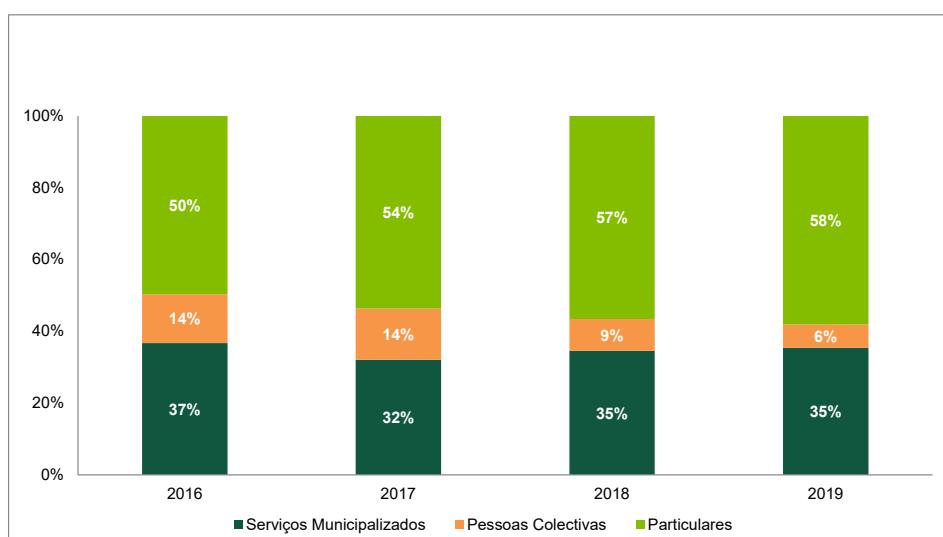


Figura 19 Percentagem de Entradas no Ecocentro da Ericeira por tipo de Utilizador

Relativamente ao Ecocentro da Abrunheira, em 2019 foram recepcionadas 592,77 t de resíduos nesta instalação, valor que representa um aumento de +44,80% (+183,41 t) face ao ano de 2018.

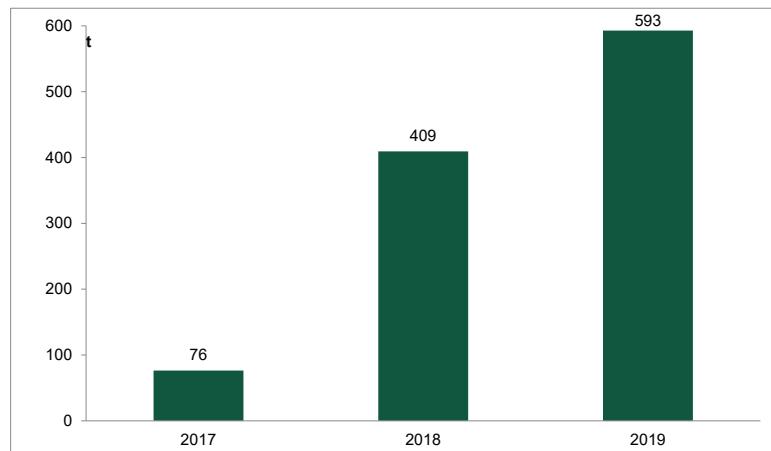


Figura 20

Resíduos recebidos: Ecocentro Abrunheira

A utilização desta infra-estrutura foi feita maioritariamente por utilizadores particulares (44% face ao total), tendo, contudo a percentagem de utilizadores pertencentes aos serviços municipalizados vindo a aumentar desde a entrada em funcionamento do Ecocentro da Abrunheira em Setembro de 2017, conforme se observa no gráfico seguinte.

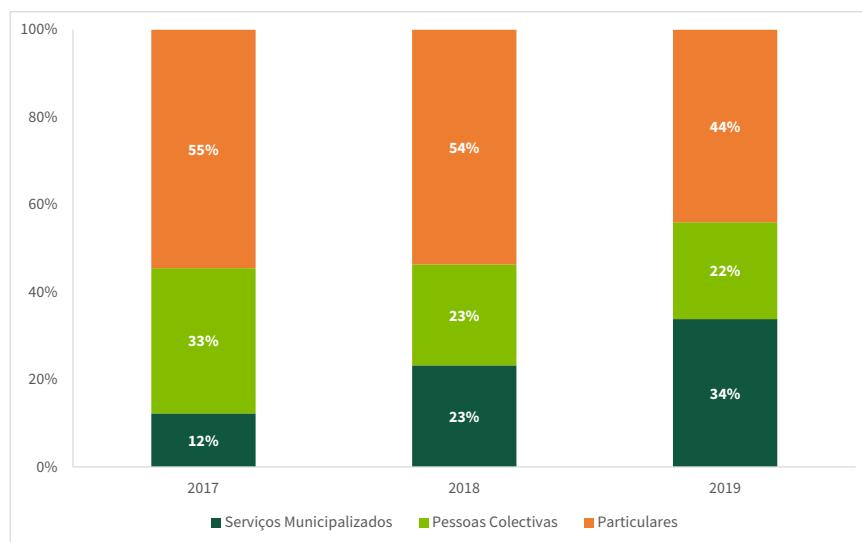


Figura 21

Percentagem de Entradas no Ecocentro da Abrunheira por Tipo de Utilizador

Importa também quantificar os resíduos e refugos dos processos internos que são encaminhados para destino final externo, tendo em consideração que a empresa apresenta ainda uma incapacidade de efectuar o tratamento da totalidade dos resíduos que são produzidos no Sistema AMTRES.

Na tabela infra é possível observar a evolução do envio de resíduos para operadores externos licenciados, que correspondem sobretudo a operações de “Outra valorização”, “Incineração/valorização energética” e “Aterro”.

DESTINOS						
	2015	2016	2017	2018	2019	Variação
(t/ano)						
Aterro	44 485,28	59 030,90	8 894,20	13 513,10	0,00	-100,00%
Resíduos indiferenciados	8 214,88	9 243,26	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	1 842,34	3 222,62	415,78	0,00	0,00	0,00%
Rejeitados dos processos	34 428,06	46 565,02	8 478,42	13 513,10	0,00	-100,00%
Aterr Inertes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Valorização orgânica	4 407,96	913,82	0,00	0,00	0,00	0,00%
Resíduos indiferenciados	2 458,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	0,00	722,16	0,00	0,00	0,00	0,00%
Rejeitados dos processos	1 949,00	191,66	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outra Valorização e destinos	86 224,16	87 797,07	44 047,93	27 545,65	17 439,44	-36,69%
Resíduos indiferenciados	16 074,74	29 378,20	8 347,94	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	45 872,60	49 857,85	30 934,33	22 823,53	17 439,44	-23,59%
Rejeitados dos processos	24 276,82	8 561,02	4 765,66	4 722,12	0,00	-100,00%
Incineração/Val. Energética	164 557,12	161 771,60	124 241,50	85 752,83	72 591,28	-15,35%
Resíduos indiferenciados	84 591,28	109 471,64	108 797,32	84 231,63	56 510,28	-32,91%
Outros resíduos	5 771,18	2 898,74	0,00	0,00	0,00	0,00%
Rejeitados dos processos	74 194,66	49 401,22	15 444,18	1 521,20	16 081,00	957,13%
Total Envios	299 674,52	309 513,39	177 183,63	126 811,58	90 030,72	-29,00%

Com base na análise da tabela acima – que apresenta a informação resumida que é reportada à APA no âmbito do Mapa de Registo de Resíduos Urbanos (MRRU) – verifica-se que em 2019 foram enviadas 90.030,72 t de resíduos e rejeitados para destino final externo, o que constitui uma redução de -29,00% face ao ano anterior.

Para este resultado contribuíram, com maior significado, as paragens da Valorsul, o que obrigou ao envio de um maior quantitativo de resíduos para as CCT da Abrunheira.

Com base em todo este trabalho desenvolvido e atendendo às metas estabelecidas no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES, a TRATOLIXO efectuou os cálculos necessários para poder verificar o seu nível de cumprimento das mesmas, que se apresenta no quadro abaixo para o ano de 2019.

META	Posicionamento actual	Metas intercalares (Despacho nº 3350/2015 de 1 de Abril)				
		2019	2017	2018	2019	2020
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro (% de RUB produzidos)	19	16	16	16	16	16
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	48	29	42	52	53	
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	42	39	42	46	49	

Para estes cálculos foi considerada a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

Verifica-se, assim, que a TRATOLIXO não cumpre qualquer uma das metas para 2019 relativas à percentagem máxima de deposição de RUB em aterro, taxa mínima de preparação para reutilização e reciclagem e no que diz respeito à quantidade de resíduos de recolha selectiva retomados.

O incumprimento da meta de deposição de RUB em aterro ficou comprometida pela paragem prolongada da Valorsul, o que condicionou a TRATOLIXO a ter que enviar resíduos para as suas CCT.

Relativamente ao incumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem para o ano de 2019, este deve-se ao facto da progressão anual não ter sido suficiente para um resultado a alcançar que já se calculava ser bastante ambicioso face ao cenário de atraso da conclusão/construção de novas infra-estruturas da empresa (nova CT e requalificação do TM de Trajouce) por motivos de suspensão dos pagamentos do POSEUR e não abertura de novos avisos durante um longo período de tempo.

Atendendo à definição dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho (Regime Geral de Gestão de Resíduos) para o conceito de “preparação para reutilização e reciclagem”, entende-se que esta meta é conseguida com o aumento e eficácia da separação dos materiais – quer dos resíduos recolhidos selectivamente quer dos resíduos recolhidos indiferenciadamente – pelo que a mesma é dependente da própria TRATOLIXO.

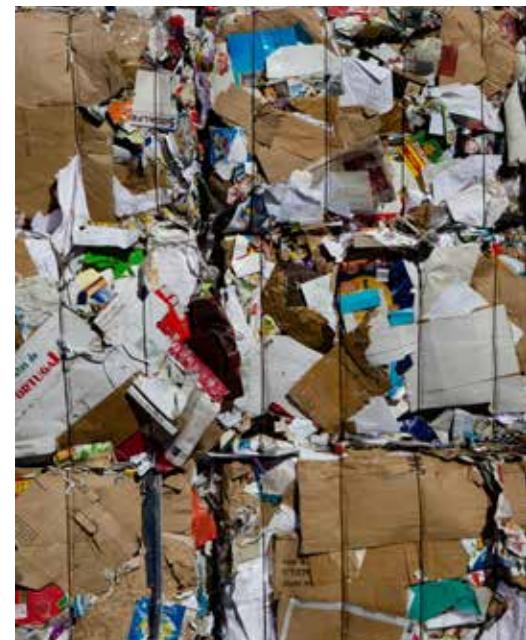
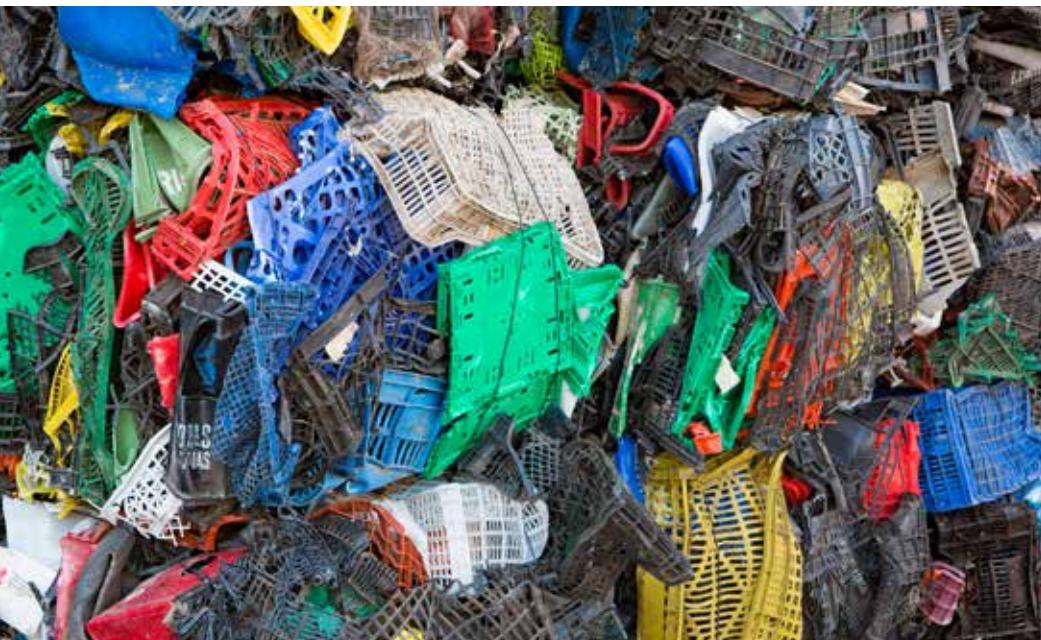
Já a meta de retomas de recolha selectiva está relacionada com uma actuação a montante na cadeia de gestão de resíduos, na operação de recolha selectiva propriamente dita, a qual é da responsabilidade dos municípios.

Salienta-se, contudo, que estes resultados são provisórios, pois não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviço externas.

Os resultados finais serão posteriormente validados pela APA, o que acontecerá com a publicação, por parte desta autoridade nacional, do Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2019).

Apesar do decréscimo dos indicadores de desempenho verificado em 2019 relativamente à deposição de RUB em aterro e de preparação para reutilização e reciclagem – devido à menor disponibilidade de recepção de resíduos na Valorsul e às avarias na CDA – é possível verificar a evolução bastante favorável nos indicadores de desempenho do Sistema, conforme consta do quadro seguinte.

Indicadores de Desempenho do Sistema



META	Histórico						Posicionamento actual
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro(% de RUB produzidos)	16	8	3	3	6	8	19
Preparação para reutilização e reciclagem (% de RU recicláveis)	27	42	48	42	43	52	48
Retomas de recolha selectiva (kg per capita por ano)	34	34	33	34	34	38	42

A evolução é bastante favorável.



Quanto à evolução observada no resultado da meta de retomas de recolha selectiva, esta deve-se ao esforço que os municípios têm vindo a desenvolver na adopção de estratégias e implementação de medidas conducentes a uma melhor gestão dos resíduos – tais como a sensibilização dos cidadãos e a concretização de projectos vários, tais como a expansão do número de ecopontos – ao longo dos últimos anos, o que está a influenciar positivamente estes resultados.

E porque para esta meta contribui também o papel da sensibilização, tal como já foi referido, salienta-se também o trabalho desenvolvido pela TRATOLIXO neste âmbito – que se encontra a implementar um plano de sensibilização à escala de todo o Sistema AMTRES para diversos públicos-alvo co-financiado pelo POSEUR – sendo já possível, através da evolução dos

resultados da meta de retomas de recolha selectiva, começar a observar resultados positivos em termos de alterações comportamentais nos cidadãos. Por fim, conclui-se que o cumprimento das metas de gestão de resíduos urbanos – em vigor e futuras, já no âmbito do PERSU 2020+ – só será possível de atingir com a adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento da TRATOLIXO e com a construção de novas unidades de valorização, nomeadamente com a adaptação das unidades de Tratamento Mecânico de Trajouce e aumento da capacidade de Tratamento Biológico da Abrunheira e com a construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes oriundos de recolha selectiva em Trajouce.

2.3 NOVAS INFRA-ESTRUTURAS

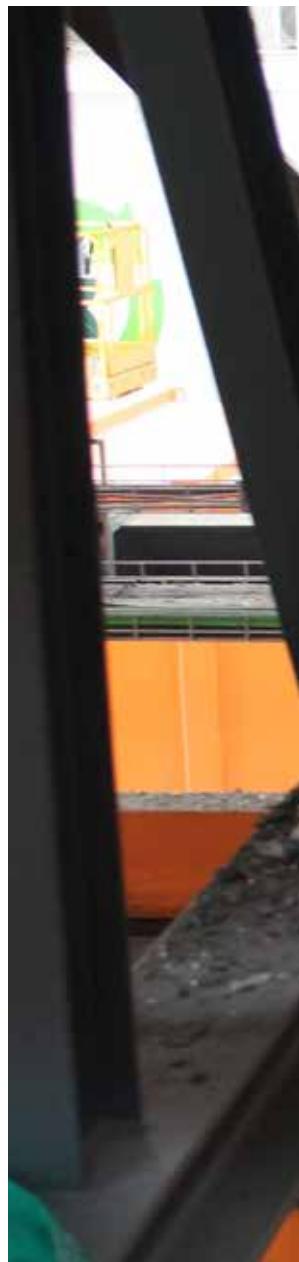
2.3.1 CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS DE EMBALAGEM DE TRAJOUCE

Esta infra-estrutura foi co-financiada em 85% pelo POSEUR (projeto POSEUR-03-1911-FC-000054) e estava prevista no âmbito do Plano de Acompanhamento do PERSU 2020 (PAPERSU) da TRATOLIXO como sendo uma acção essencial ao Sistema AMTRES para garantir a sua independência do exterior relativamente ao tratamento dos resíduos de embalagem provenientes de recolha selectiva dos seus municípios, actividade que esteve sub-contratada desde 2008, com custos financeiros e ambientais elevados.

A empreitada de “Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem de Trajouce” entrou em fase de serviço experimental em Agosto de 2019 tendo, a partir dessa data, passado a processar resíduos de embalagem.

A nova Central de Triagem possui duas linhas de triagem distintas para os materiais de papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL provenientes de recolha selectiva dos ecopontos azul e amarelo. A linha de triagem de papel/cartão tem uma capacidade de processamento de 8 t/h e a linha de triagem de embalagens tem uma capacidade de triagem de 5 t/h, apresentando ambas um elevado grau de automatização através da instalação de equipamentos automáticos tecnologicamente inovadores e mais eficientes, que permitem atingir elevadas taxas de eficiência processual que têm como objectivo o cumprimento das metas e estratégia comunitária para a prevenção, reciclagem e valorização do resíduo como recurso e, consequentemente, uma crescente minimização da deposição em aterro.

Atendendo à sua capacidade instalada e aumento de eficiência, o desempenho futuro desta infra-estrutura permitirá, assim, uma elevada recuperação destes materiais recicláveis, promovendo a reciclagem e valorização de resíduos, bem como a diminuição da fracção rejeitada do processo, o que possibilitará o cumprimento das metas comunitárias referentes às retomas de recolha selectiva, de preparação para reutilização e reciclagem e contribuirá para a redução da deposição de resíduos em aterro, metas impostas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020) para o Sistema.



Central de Triagem de Embalagem



Figura 22 CT Ecoparque de Trajouce

2.3.2 NOVO EDIFÍCIO SOCIAL E DE SERVIÇOS DO ECOPARQUE DE TRAJOUCE

A localização da nova Central de Triagem albergava diversos serviços complementares à actividade da empresa – tais como Armazém, Oficinas, Balneários, Laboratório e uma Área de caracterização – pelo que com a intervenção a que esta iria ser sujeita tornou-se necessário providenciar a relocalização desses mesmos serviços.

Por outro lado, atendendo a que com a entrada em funcionamento da nova CT a TRATOLIXO teria de contratar novos colaboradores para a operação da triagem, as condições existentes nas áreas sociais tornavam-se manifestamente insuficientes.

A TRATOLIXO optou então pela requalificação e adaptação do edifício da antiga TRATOSPITAL, que se encontrava desocupado e estruturalmente em boas condições no Ecoparque de Trajouce, para poder instalar estes serviços.

A empreitada de “Requalificação do Novo Edifício Social e de Serviços do Ecoparque de Trajouce foi concluída em Abril de 2019 e veio trazer um maior conforto e eficácia às actividades de manutenção e de caracterização de resíduos, representa melhorias consideráveis das condições de trabalho dos trabalhadores destes sectores e proporcionou a instalação de um armazém bem estruturado nesse espaço, possibilitando melhores condições de trabalho, de armazenamento e acondicionamento do material em armazém.

A intervenção no Novo Edifício Social e de Serviços encontra-se incluída da empreitada da CT de Trajouce, co-financiada pelo POSEUR (projeto POSEUR-03-1911-FC-000054).



Cofinanciado por:



Edifício Social



Figura 23 Edifício Multiusos
Ecoparque de Trajouce

2.4 PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA E INOVAÇÃO

A TRATOLIXO segue uma estratégia que reflecte a adopção das políticas nacionais de ambiente em geral e das políticas de resíduos em particular.

Tal como consta no PERSU2020+, Reflexão Estratégica e Ajustamentos às Medidas do PERSU2020, aprovado a 31 de Julho, foi reconhecido que “o nível de ambição colocado nas novas metas europeias relativas à deposição de resíduos em aterro, preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, reciclagem de embalagens e de redução do plástico coloca a Portugal desafios de grande complexidade que exigem respostas inequívocas, pluridisciplinares e integradas para a sua resolução, nomeadamente alterações estratégicas, reconversão de tecnologia e mudança de comportamentos dos cidadãos, torna-se imperioso a tomada de medidas para realinhar as linhas estratégicas que permitam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos pelo PERSU 2020”.

A TRATOLIXO acredita numa actuação em consonância com a visão estratégica Europeia, a qual enquadra as respostas aos desafios estratégicos que enfrenta, quer pela natureza crítica e interligada das actividades que desenvolve, quer pelo dinamismo do contexto em que se insere e actua. A gestão sustentável dos resíduos exige a formalização de uma estratégia integrada e abrangente que garanta a eficácia de uma política de resíduos, numa óptica de protecção do ambiente e desenvolvimento do país, com uma perspectiva sistémica dos diversos aspectos ligados à gestão dos recursos naturais. Entendemos ser o momento da TRATOLIXO e dos Municípios que a integram definirem um rumo e elaborarem um Plano Estratégico de Resíduos, configurando-se uma abordagem temporal até ao período de 2025, tendo em vista não só a resolução dos problemas existentes, como a prossecução de uma gestão integrada a nível do Sistema de Resíduos Urbanos da AMTRES e o alinhamento para se atingirem as metas de 2025, abrindo já o caminho com soluções que deverão ser complementadas para o cumprimento dos compromisso estabelecidos pela União Europeia até 2035. Neste documento serão definidos os objectivos estratégicos, medidas, acções e metas conducentes ao cumprimento das metas estabelecidas pela União Europeia para o período 2020-2035, bem como as medidas adequadas à resolução dos problemas existentes em termos de gestão de resíduos do Sistema.

TRATOLIXO RELATÓRIO & CONTAS 2019



Figura 24
10.º Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa, decorrida nas instalações da TRATOLIXO, enquanto exemplo de projecto concluído com o apoio do POSEUR.



Figura 25 10.º Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa, decorrida nas instalações da TRATOLIXO, enquanto exemplo de projecto concluído com o apoio do POSEUR.



Estratégia

que reflecte a adopção das políticas nacionais de ambiente em geral e das políticas de resíduos em particular.

Em Agosto foi apresentado o Relatório da 1ª Fase do Plano Estratégico de Resíduos da TRATOLIXO, com o diagnóstico da situação actual, levantamento, caracterização, análise e diagnóstico do Sistema TRATOLIXO, o qual integra os contributos da auscultação prévia efectuada aos membros da Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPER). Neste processo a TRATOLIXO irá privilegiar o recurso a técnicas de reflexão participativa, procurando-se promover um espaço de análise partilhada das diferentes perspectivas quanto aos objectivos estratégicos a prosseguir e respectivas iniciativas a implementar no sentido de potenciar sinergias, partilhar as lições aprendidas e optimizar as capacidades de resposta da Empresa, tendo convidado a participar neste processo um conjunto de especialistas que entendemos ser crucial para o sucesso do desenvolvimento do Plano Estratégico da TRATOLIXO. Os ajustamentos às Medidas do PERSU2020 constantes do PERSU 2020+ vieram acentuar a necessidade de investimento da TRATOLIXO em infra-estruturas capazes de dar resposta eficiente ao tratamento

integral dos resíduos do Sistema AMTRES, bem como de proporcionar resultados quantitativos e qualitativos que se coadunem com as referidas metas comunitárias. O POSEUR abriu um aviso-concurso em Julho destinado à Modernização e ampliação de instalações de valorização de resíduos urbanos, tendo a TRATOLIXO apresentado, no passado dia 15 de Outubro, duas candidaturas ao abrigo deste aviso. A primeira candidatura, com a designação “Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos” é referente à adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce (TM) ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco colorido, que decorre da obrigatoriedade legal de recolha selectiva deste fluxo de resíduos a partir de 2023, e ao aumento da capacidade de Tratamento Biológico da Central de Digestão Anaeróbia, das actuais 80 mil toneladas para 120 mil toneladas. Com a operação serão executadas diversas empreitadas de adaptação das unidades de TM e TB da TRATOLIXO, com instalação de novos equipamentos mais eficientes e inovadores, conducentes a ganhos ambientais e redução de custos

operacionais, que permitirão à TRATOLIXO como resultado último dar cumprimentos às metas do PERSU 2020+ de preparação para reutilização e reciclagem e deposição de RUB em aterro.

A segunda candidatura, com a designação “Central de Compostagem para Resíduos Verdes oriundos de Recolha Selectiva”, consiste na construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes (CCRV) provenientes de recolha selectiva. A nova CCRV terá uma capacidade anual para tratar 50.000 t de resíduos verdes (RV), permitindo, em primeiro lugar, o tratamento da totalidade dos RV produzidos e recolhidos na área de intervenção da TRATOLIXO. A implementação da operação resultará na produção de composto de elevada qualidade, o que permitirá atingir a meta do PERSU 2020+ relativa à preparação para reutilização e reciclagem e contribuir fortemente para o desvio de RUB de aterro. A lista hierarquizada provisória de avaliação de mérito das candidaturas foi enviada pelo POSEUR no início de Janeiro de 2020 e posiciona as duas candidaturas submetidas pela TRATOLIXO no 1º e 2º lugares em 21 candidaturas submetidas, o que revela o mérito e o impacto das mesmas no panorama Nacional de Gestão de Resíduos. O processo de decisão encontra-se, actualmente, em fase de audiência prévia que, uma vez concluída dará sequência ao processo de decisão das candidaturas relativas a este Aviso.

Outras iniciativas estratégicas desenvolvidas prenderam-se com a colaboração da empresa na implementação de projectos-

piloto para a recolha selectiva de biorresíduos, em estreita articulação com o Grupo de Trabalho criado em sede de CAPER para este efeito, dada a obrigatoriedade legal de recolha selectiva deste fluxo de resíduos a partir de 2023. Estes projectos terão a duração estimada de 6 meses e prevêem a deposição selectiva de biorresíduos em contentores dedicados de ambiente doméstico, tendo a TRATOLIXO adquirido sacos coloridos para acondicionar os mesmos. Face às características e cor apresentadas por estes sacos, será possível a sua triagem automática na unidade de TM de Trajouce que se pretende requalificar, o que permitirá incrementar os quantitativos de biorresíduos provenientes de recolha selectiva e contribuir para as metas comunitárias de preparação para reutilização e reciclagem e desvio de resíduos de aterro.

A TRATOLIXO encontra-se igualmente a acompanhar outros projectos-piloto destinados a promover as recolhas selectivas multimaterial, entre os quais a campanha “Reciclar a Valer +”.

Neste âmbito, assinou um protocolo de cooperação com a Novo Verde e a Câmara Municipal de Mafra para o desenvolvimento desta campanha, cujo objectivo é promover comportamentos sustentáveis nos consumidores.

Esta campanha consiste num projecto de recolha de resíduos de embalagens de bebidas em plástico com recurso a um sistema de reembolso, cujo equipamento foi instalado no Pingo Doce da Malveira, Mafra. No âmbito da I&DT, a empresa continua



Figura 26

Pingo Doce, Mafra

a apostar na criação de parcerias com entidades do Sistema Científico e Tecnológico para o desenvolvimento de soluções direcionadas para a Economia Circular.

A TRATOLIXO integrou em 2018, juntamente com outras 16 entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacionais (SCTN) e outras empresas com interesse no sector, o BIOREF, um Laboratório Colaborativo em Biomassa e Biorrefinarias que pretende promover a investigação e inovação no âmbito da implementação do Plano Nacional para a Promoção de Biorrefinarias (PNBP), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº163/2017 de 31 de Outubro. Um dos principais objectivos deste Plano incide no reforço da aposta do País na valorização das diversas fontes de energia renováveis, através da utilização sustentável de diferentes tipos de biomassa e biorresíduos, bem como no desenvolvimento do conceito de bioeconomia baseada em recursos sustentáveis como alternativa aos recursos fósseis. Em 2019, no âmbito do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Portugal 2020, AAC nº 14/ SI/2019 – Projectos Mobilizadores, o consórcio *ProBiorefinery* e a A4F – *Algafuel*, submeteu o Projecto *Move2LowC – Combustíveis de Base Biológica*, que visa desenvolver e demonstrar à escala piloto *bioJetFuel* a incorporar em 5 a 10% em Jet fuel para aviões e biocombustíveis (BioH2 e BioCH4) para utilização em veículos pesados de transporte terrestre, movidos a motores eléctricos alimentados por pilhas de combustível de hidrogénio ou motores de combustão de metano. A TRATOLIXO comprometeu-se a disponibilizar biogás, de modo a aferir a sua qualidade e aplicabilidade para abastecimento de viaturas pesadas de transporte terrestre. Temos ainda interesse em apoiar a equipa afecta ao projecto, com o nosso conhecimento e/ou outros meios técnicos

necessários, dentro das possibilidades, para a viabilização da implementação dos pilotos do projecto, ajudando na sua execução, monitorização e avaliação.

Ainda no âmbito dos Projectos de I&DT, em 2019 foram preparadas duas candidaturas, em colaboração com o Instituto Superior Técnico e a 3 Drivers a financiamento da SPV: o Projecto “RER – Recomendações para o Uso Eficiente dos Recursos nas empresas da área de abrangência da TRATOLIXO” e o Projecto “Circular SimTech”.

Atendendo a que existe um potencial significativo de promover o uso eficiente dos recursos e a economia circular dentro das próprias empresas industriais e de serviços, o Projecto “RER – Recomendações para o Uso Eficiente dos Recursos nas empresas da área de abrangência da TRATOLIXO” pretende realizar visitas de apoio e produzir recomendações individualizadas para as empresas da área de intervenção da TRATOLIXO. Serão definidos sectores prioritários de acordo com a relevância regional e os objectivos da SPV.

Estas visitas objectivam identificar e propor medidas de prevenção de resíduos, melhoria das práticas de separação e encaminhamento de resíduos para opções de valorização e reciclagem, bem como identificar oportunidades de financiamento, recomendações que serão formalizadas, no final do projecto, através da produção de Manuais de Boas Práticas direcionados aos sectores de actividade com maior potencial de melhoria.

O Projecto “Circular SimTech” propõe o desenvolvimento e disponibilização de simuladores interactivos para a modelação de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor e processamento dos resíduos.

Serão desenvolvidos simuladores distintos e detalhados para os produtores de embalagens, cidadãos e para os operadores da cadeia de resíduos.

O projecto tem como principais objectivos

desenvolver simuladores precisos – dos quais resulte o cálculo das taxas efectivas de reciclagem, avaliação do ciclo de vida e pegada carbónica – promover a percepção do cidadão para as implicações das suas acções, promover o ecodesign de produtos que são transformados em resíduos e preparar elementos de divulgação de boas práticas de gestão do processamento de resíduos que contribuam para uma maior produtividade dos recursos, para a descarbonização da economia e para o aumento das taxas de reciclagem de RU. Destaque também para a participação da TRATOLIXO no Comité de Acompanhamento do POSEUR. O comité de Acompanhamento é um órgão de governação do Portugal 2020 com competências ao nível do acompanhamento dos Programas Operacionais. Este comité reune-se periodicamente, tendo como competências verificar a execução do Programa, os progressos alcançados na consecução dos objectivos dos mesmos, bem como analisar todas as questões que afectem o desempenho do programa.

Em Dezembro realizou-se a 10^a Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa, decorrida nas instalações da TRATOLIXO, enquanto exemplo de projecto concluído com o apoio do POSEUR.

Após a reunião, realizou-se uma visita à Central de Triagem de Trajouce, projecto co-financiado pelo POSEUR.



Ainda no âmbito de projectos estratégicos desenvolvidos pela TRATOLIXO e co-financiados pelo POSEUR, refere-se o “Plano de Acções de Educação e Sensibilização com Vista à Valorização de Resíduos Urbanos do Sistema AMTRES”, operação n.º POSEUR-03-1911-FC-000129.

Ao abrigo deste plano, durante o ano de 2019 foram desenvolvidas inúmeras acções de sensibilização para diversos tipos de públicos – escolas, praias e feiras temáticas – orientadas para a prevenção da produção de resíduos e boas práticas ambientais.

Foi igualmente efectuada a aquisição de compostores domésticos para distribuição nas moradias dos quatro municípios do Sistema AMTRES, medida conducente à prevenção da produção de resíduos no Sistema, incentivo à valorização da matéria orgânica e diminuição da deposição em aterro, em consonância com a prática da hierarquia de gestão de resíduos e redução da pegada ecológica.

Foram ainda adquiridos durante o ano de 2019 quiosques digitais para suportar a divulgação da plataforma TRATOPÓLIS – igualmente co-financiada pelo POSEUR no decorrer deste plano – e foram executados inúmeros suportes informativos destinados a sensibilizar para a correcta gestão de resíduos.



2.5 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

Em 2019 a TRATOLIXO obteve a extensão da certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental ao Ecoparque da Abrunheira, englobando assim no âmbito da certificação as Células de Confinamento Técnico, o Ecocentro e a Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes.

Quanto ao seu Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança e Saúde no Trabalho, que engloba todas as instalações, houve uma continuidade da certificação.

A certificação do SIG da TRATOLIXO é reflexo da apostila constante da empresa em melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar, sempre que possível, ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

Para o ano de 2020, a TRATOLIXO tem como desafio a migração do seu Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho para a norma NP ISO 45001.



2.6 LICENCIAMENTOS E REQUISITOS LEGAIS

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Os desenvolvimentos mais relevantes registados em 2019 prenderam-se com a revisão dos regulamentos de serviço de gestão de resíduos urbanos, a atribuição de licença de utilização dos recursos hídricos para rejeição de águas residuais no Ecoparque da Abrunheira e com a emissão de decisão de aprovação de encerramento do aterro sanitário de Trajouce.

2.7 MONITORIZAÇÃO DE PROCESSO E PRODUTO

O serviço de Monitorização de Processo e Produto dá resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais ambientais e monitoriza a actividade da empresa em termos de desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos produtos produzidos.

Assim, torna-se possível à TRATOLIXO introduzir atempadamente as melhorias necessárias para evitar incumprimentos legais relativos à sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto. Para o cumprimento destes objectivos são elaborados e executados anualmente o Plano de Monitorização Ambiental (PMA), Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR) e Plano de Controlo de Qualidade de Processo e Produto Final (PCQPPF). O PMA integra o desenvolvimento dos trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descriptores ambientais a acompanhar, garantido o acompanhamento

e cumprimento de todos os requisitos legais aplicáveis à empresa em matéria de ambiente.

No PCQR são planeadas as campanhas de caracterização de RU, que permitem conhecer as características físicas dos resíduos entrados nas instalações da empresa, possibilitando quer o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos RU, quer o aferimento da sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

O PCQPPF tem como propósito monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa e assim garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais, da qualidade dos produtos finais, através da verificação das Especificações Técnicas (ET) definidas para os diferentes materiais e dos produtos intermédios.



Figura 28

Novo Laboratório do Ecoparque de Trajouce

2.8 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com os princípios legais que regem as compras públicas, todos os Concursos Públicos lançados pela TRATOLIXO são publicados na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov”, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), este último, caso o valor base do procedimento seja superior aos limiares europeus definidos para efeitos de publicação obrigatória no JOUE.

Após a respectiva adjudicação, todos os procedimentos são publicitados no portal dos contratos públicos “base.gov”.

Desde 2014 registou-se um aumento médio anual de cerca de 35% do número de

procedimentos da TRATOLIXO publicados no portal “base.gov”, estando este aumento, na sua maior parte, relacionado com o crescimento das necessidades da empresa, bem como com a entrada em vigor, em 2018, do novo Código de Contratação Pública (CCP).

Em 2019 foram publicitados cerca de 170 procedimentos naquele portal, conforme se observa no gráfico seguinte.

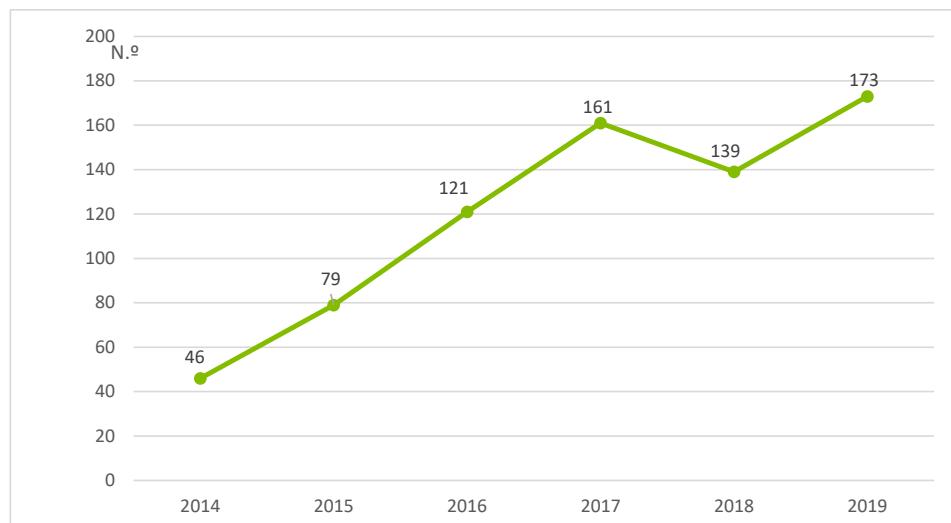


Figura 29

Nº de Procedimentos publicitados base.gov

2.9 COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Publicações

Dentro desta ferramenta comunicativa destaca-se em 2019 a produção da newsletter; folhetos institucionais da Central de Triagem de Trajouce; folhetos de sensibilização diversos; anúncios para publicação em jornais, revistas e eventos do sector dos resíduos; e *outdoors* relativos à CT de Trajouce.

Audiovisuais e Multimédia

Inseridos nesta tipologia de meio de comunicação, em 2019 foi produzido um filme didáctico sobre a reciclaem, tendo-se igualmente adquirido dois quiosques digitais co-financiados pelo POSEUR.

Participação em Eventos e Feiras

Durante o ano de 2019 a TRATOLIXO esteve presente nos eventos “Há Festa no Parque” (Junho, Mafra), “Recycling Party” (Junho, Mafra), “Dia Mundial do Ambiente” (Junho, Oeiras), “Sintrambiente” (Junho, Sintra), FEXPOMALVEIRA (Agosto, Malveira), no Greenfest 2019 (Outubro, Estoril) e Semana Europeia de Prevenção de Resíduos 2019 (Novembro, AMTRES).

Visitas

Em 2019, a TRATOLIXO recebeu várias visitas técnicas nas suas instalações provenientes de diversas empresas, entidades nacionais e internacionais, comitivas políticas e do POSEUR, tendo igualmente recebido a título de visitas de estudo, várias entidades escolares e de solidariedade social.

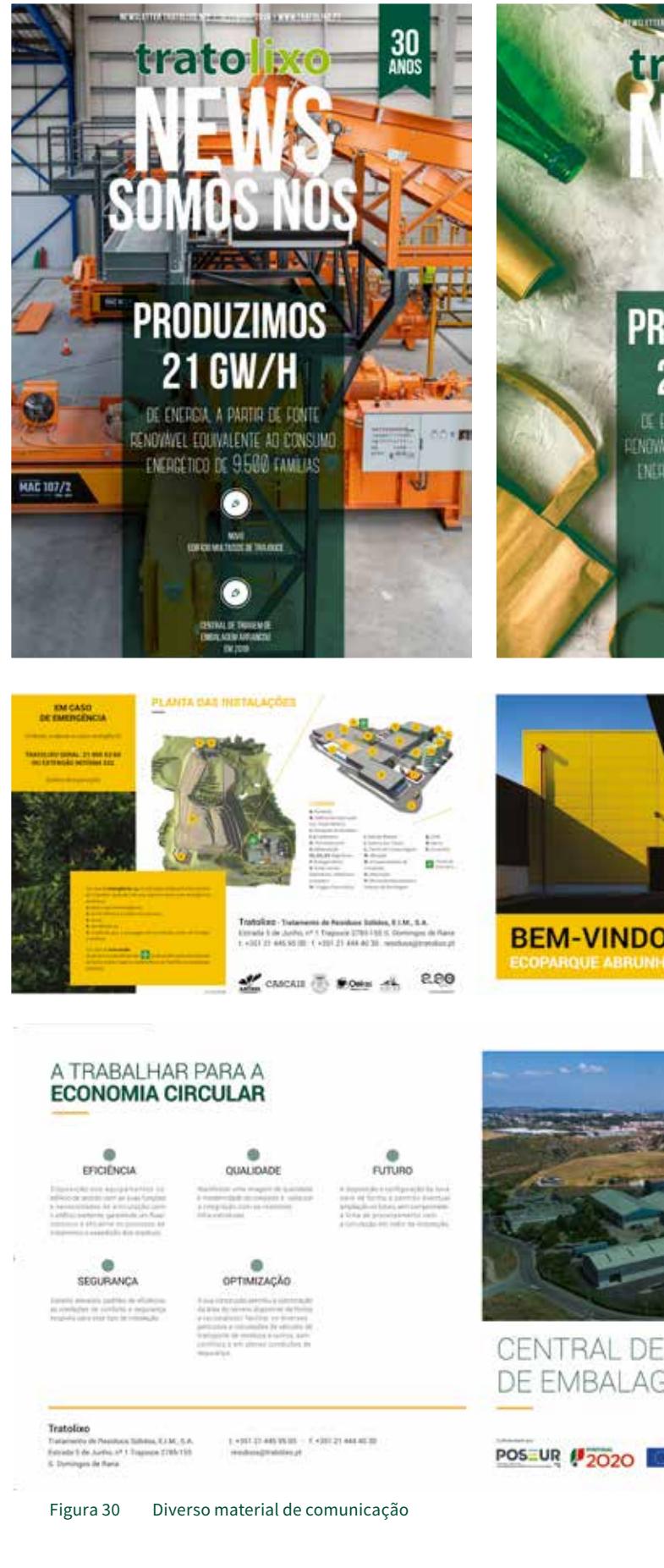


Figura 30 Diverso material de comunicação



TRIAGEM
ENS TRAJOUCE

tratolixo
gestão de resíduos urbanos

Comunicar de forma clara, correcta e entendível

"Faça mais, para fazermos melhor!"



Este guia vai ser-lhe útil!

tratolixo
gestão de resíduos urbanos

POSEUR PORTUGAL 2020

©

Acções de sensibilização

A empresa participou também em acções de sensibilização em empresas e desenvolveu o Plano de Educação Ambiental nas Escolas do Sistema, acções de sensibilização em praias e acções de compostagem doméstica, decorrentes da execução do “Plano de Acções de Educação e Sensibilização com Vista à Valorização de Resíduos Urbanos do Sistema AMTRES” co-financiado pelo POSEUR.

Cofinanciado por:

POSEUR
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo de Desenvolvimento Rural

Apoio Social

No ano de 2019, a empresa prestou um importante contributo no domínio social à sua comunidade envolvente, através da recepção de 24,16 toneladas de resíduos valorizáveis e pela atribuição do correspondente apoio financeiro a várias instituições.

Participou igualmente em diversas campanhas solidárias e atribuiu donativos a corporações de bombeiros.

Recursos Humanos 2019

2.10 RECURSOS HUMANOS



Repartição do Efectivo

À data de 31 de Dezembro de 2019, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 275 trabalhadores, distribuídos por 209 trabalhadores do género masculino e 66 do género feminino, acrescido de 31 trabalhadores temporários, 24 do género masculino e 7 do género feminino.

Ocorreu, por isso, um acréscimo face ao ano de 2018, em que o total de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2018 era de 266.

O índice de tecnicidade () da empresa passou de 18,8% em 2018 para 22,9% em 2019. Isto ficou a dever-se ao facto do pessoal pertencente às categorias de coordenador, técnico superior e técnico ter aumentado face a



Figura 31 Reconhecimento por antiguidade, Natal



Figura 32 Participação no Torneio de Colaboração

2018, considerando o balanço entre as entradas e saídas de trabalhadores da empresa.

Nível Etário

Em termos de escalões etários, a 31 de Dezembro de 2019, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores na faixa etária entre os 45 e os 49 anos, correspondente a 21,5% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.

Uma empresa não funciona sem pessoas e no caso da TRATOLIXO, os colaboradores são a força motriz e aqueles que contribuem diariamente para alcançar o sucesso organizacional da empresa.



Figura 33 Equipa de futebol da empresa durante o Torneio de Colaboração

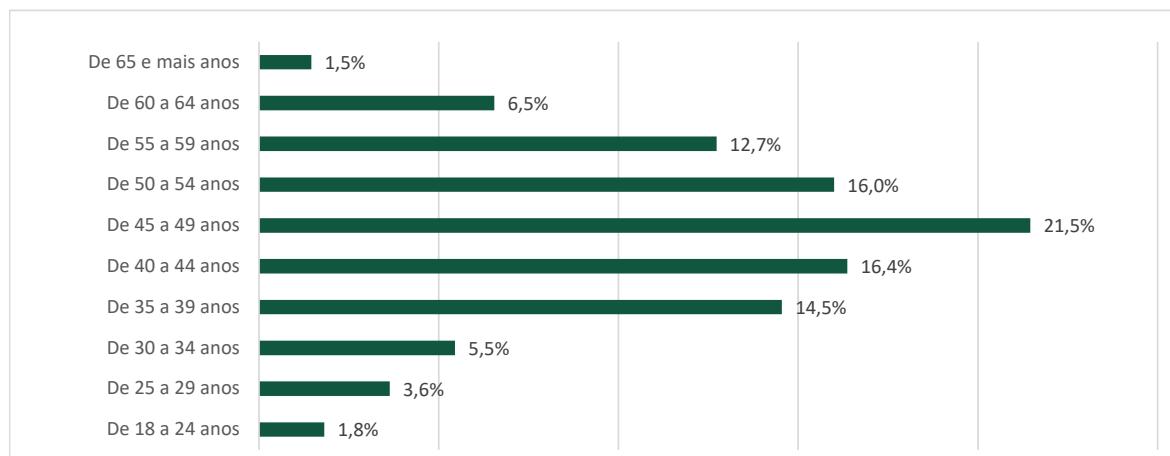


Figura 34

Nível etário/escalões etários

(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores +Técnicos) /Efectivo global * 100.

Nível de escolaridade

A 31 de Dezembro de 2019, continuou a registar-se uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias inferiores ao 9º ano, 33,1%, correspondente a 91 trabalhadores, tendo ocorrido apenas um ligeiro aumento de 0,76% face ao ano anterior. Verificaram-se ainda ligeiras flutuações nos restantes níveis habilitacionais relativamente a 2018. A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte.

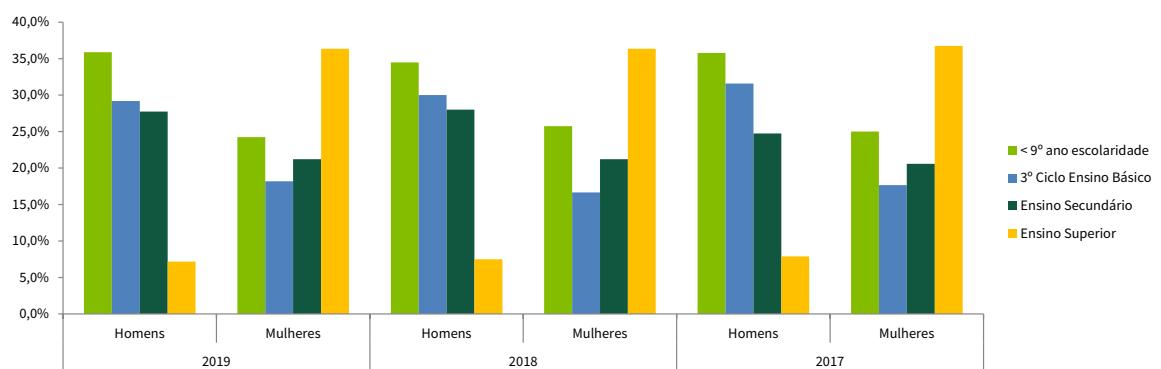


Figura 33

Nível de Escolaridade



3 %

Acréscimo de horas de formação relativamente ao período homólogo

6.638

Total de horas de formação

1.033

Total de Participações

244

Acções de Formação interna e externa

Formação Certificada	2017	2018	2019
Total de Participações	586	1.033	1.361
Total de Acções de Formação	171	162	244
Total de Horas de Formação	3.537	3.654	6.638

Recursos Humanos

Formação Geral

Durante o ano de 2019, verificaram-se 1.361 participações em 244 acções de formação interna e externa, num total de 6.638 horas, correspondente a uma média de 27,2 horas de formação por acção. Nestas horas de formação estão incluídas as formações proporcionadas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Nestes totais estão também incluídas as acções de formação ministradas a trabalhadores temporários, com 52 participações, correspondentes a um total de 93 horas.

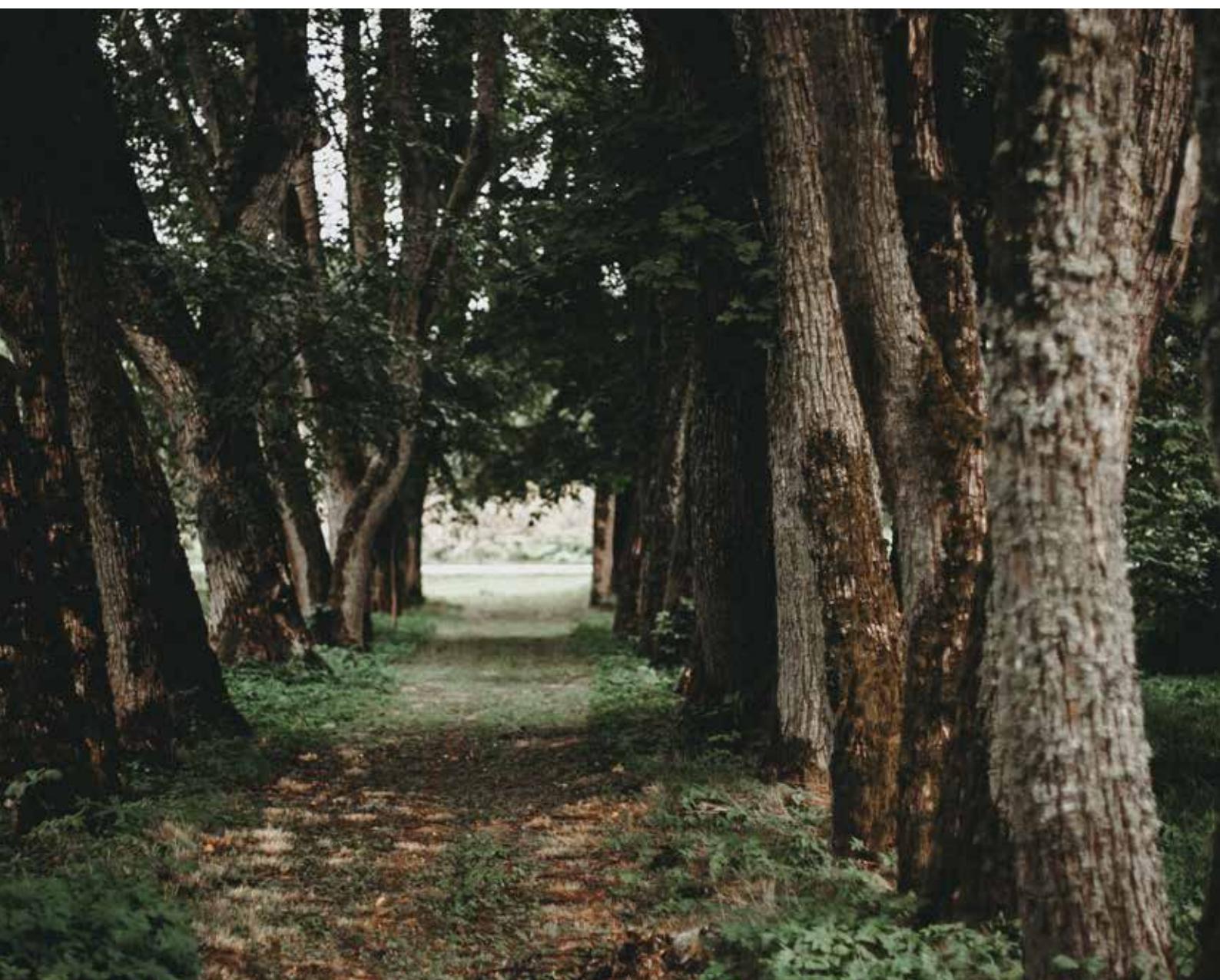
O aumento substancial verificado no total de participações, de acções e de horas realizadas em 2019 comparativamente com 2018 deveu-se ao facto de, em 2019, a empresa ter feito um grande investimento em formação.

Sinistralidade Laboral

Apresenta-se no quadro abaixo a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2019, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência, bem como o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos no ano em causa – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

Tipos de Acidente	2019
N.º de Acidentes de Trabalho com Baixa	30
N.º de Acidentes de Trabalho sem Baixa	15
N.º Total de Acidentes de Trabalho	45
N.º de Dias Perdidos	602
Quase-Accidentes de Trabalho	1





Situação Económico-Financeira

Sumário

Da leitura da estrutura financeira de 2019, fica patente a estabilidade e a manutenção do equilíbrio financeiro da TRATOLIXO. Os capitais permanentes que no final de 2019 atingiam 170,7M€, cobriam na totalidade os activos fixos que apresentavam o montante de 166,0M€, gerando um excedente de 4,7M€.

Relativamente ao ano anterior, verificam-se reduções de 4,9M€ nos capitais permanentes e de 5,4M€ nos activos fixos, que libertaram cerca de 0,5M€ adicionais de fundo de maneio.

Da análise do ciclo de exploração, constata-se que as necessidades de fundo de maneio reduziram 2,8M€ relativamente a 2018. Com efeito, as necessidades de fundo de maneio

que em 2018 eram de +0,7M€, em 2019 inverteram passando a -2,1M€. Tal, ficou, sobretudo, a dever-se ao facto de a dívida dos municípios ter reduzido significativamente em 2019, apresentando uma variação de 3,1M€ relativamente a 2018. Adicionalmente, verifica-se que o financiamento em dívidas de curto prazo cresceu 0,9M€, essencialmente, por dois motivos: (i) a taxa de gestão de resíduos a liquidar à APA que, em 2020, cresceu 0,5M€; e, (ii) à emissão de notas de crédito aos municípios, no montante de 0,6M€, relativas à bonificação dos resíduos verdes com origem na recolha selectiva.

Constatase, pois, que em 2019 o ciclo de exploração retomou o seu perfil normal, que havia sido adulterado no final de 2018 pela impossibilidade de pagamento



Rigor na Gestão dos recursos disponíveis

2019 estabilidade e manutenção do equilíbrio financeiro.

de uma verba importante por parte dos Municípios, devido à ausência de visto do Tribunal de Contas. O fundo de maneio de 4,7M€ não foi, por isso, necessário para cobrir as necessidades de fundo de maneio que se revelaram negativas.

No que à tesouraria diz respeito, tendo em conta o já exposto, no final de 2019 o excesso de fundo de maneio era de 6,8M€, montante líquido, já deduzido de 4,5M€, a liquidar à banca em 2020.

Da análise da conta de exploração e de resultados, verifica-se que o EBITDA se

mantém estável relativamente ao ano anterior, apresentando o montante de 8,3M€.

Apesar de o volume de negócios ter reduzido 1,9M€ relativamente ao ano anterior, a manutenção do EBITDA nos níveis de 2018 foi possível porque os gastos operacionais reduziram em montante muito similar. O EBIT manteve-se, igualmente, estável dada a regularidade dos gastos de depreciação e amortização.

Consequentemente, obteve-se o resultado líquido de 74 mil euros.

Análise de Resultados

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

	Un: €			
	2018	2019	Δ	Δ%
Rendimentos de Exploração	33 789 690	34 034 802	245 112	0,7%
Gastos de Exploração	25 384 718	25 710 578	325 860	1,3%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	8 404 972	8 324 224	-80 748	-1,0%
Gastos de Depreciação e Amortização	6 471 476	6 574 099	102 623	1,6%
Provisões e Imparidades	33 171	-104 344	-137 515	n.a.
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	1 900 325	1 854 469	-45 856	-2,4%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2 799	0	-2 799	-100,0%
Juros e Gastos Similares Suportados	1 806 967	1 781 817	-25 150	-1,4%
Resultado antes Impostos	96 156	72 651	-23 505	-24,4%
Imposto sobre o Rendimento	65 779	-1 754	-67 533	n.a.
Resultado Líquido	30 378	74 405	44 028	144,9%

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), atingiu 8,3M€. Este montante foi suficiente e excedeu em 1,9M€ os Gastos de Depreciação e Amortização dos activos fixos, e as Provisões e Imparidades, que totalizaram de 6,5M€.

O Resultado de Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT), no montante de 1,9M€, foi suficiente para cobrir os gastos de financiamento e gerar o excedente de 73 mil euros que, depois de adicionado do Imposto sobre o Rendimento, cujo valor líquido é positivo, devido ao reconhecimento de um activo por imposto diferido, se concretizou num Resultado Líquido de 74 mil euros.

Rendimentos de Exploração

Expurgando desta análise a rubrica de Serviços de Construção, no montante de 6,5M€, que se anula quando se analisam os Gastos de Exploração, a variação que se apura no Total dos Rendimentos de Exploração inverte-se: a variação positiva de 0,2M€, patente no Quadro 1 acima, passa a negativa no montante de 1,9M€, conforme se verifica no Quadro 2 abaixo. Com efeito, a variação positiva que os Serviços de Construção registaram excedeu as variações negativas que se verificaram em Vendas, Serviços Prestados e em Outros Rendimentos.

Quadro 2 – Rendimentos de Exploração

Rubrica/Ano	2018	2019	Δ	Δ%	Un: €
Vendas	7 862 625	7 471 878	-390 747	-5,0%	
Serviços Prestados	20 584 426	19 080 176	-1 504 250	-7,3%	
Outros Rendimentos	973 917	991 524	17 607	1,8%	
Total dos Rendimentos de Exploração (s/serv. Const.)	29 420 968	27 543 678	-1 877 390	-6,4%	

O decréscimo de 1,5M€ que se verifica em Serviços Prestados, tem relação directa com a tarifa fixada para 2019 que, quando comparada com a tarifa de 2018, se verifica ter reduzido 4,24€ por tonelada.

A variação de -0,4M€ em Vendas, é o reflexo do decréscimo das quantidades vendidas de alguns produtos da CITRS de Trajouce e, sobretudo, da Central de Triagem, devido ao facto do não processamento da totalidade dos resíduos de embalagem, que se mantém por triar no prestador de serviços.

Os valores registados em Outros Rendimentos, têm maioritariamente a ver com a imputação a proveitos do exercício dos subsídios atribuídos à TRATOLIXO na mesma cadência das amortizações dos respectivos activos e, ainda, com uma situação extraordinária ocorrida em 2019, resultante de um contencioso com a Autoridade Tributária que veio dar razão à empresa.

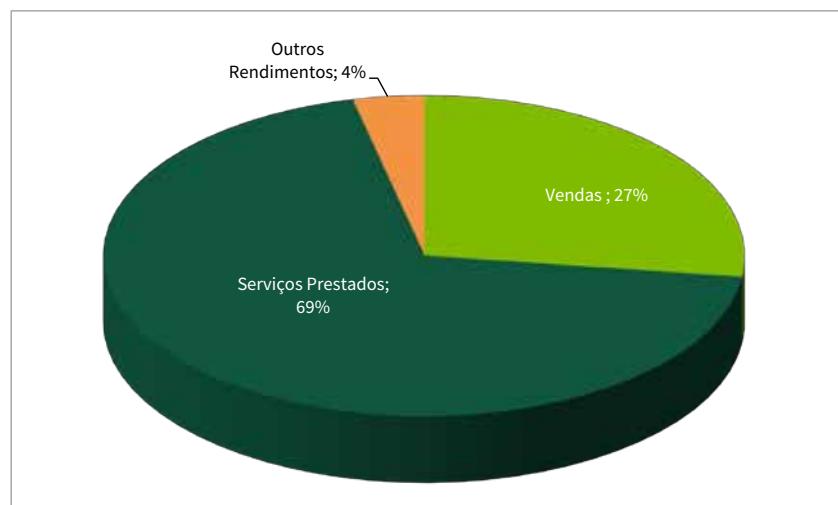


Figura 34

Distribuição dos Rendimentos de Exploração

Gastos de Exploração

Mais uma vez, expurgando da análise a rubrica Serviços de Construção, sub-rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, a variação positiva de 0,3M€, patente no Quadro 1 do ponto anterior, que se apura no sub-total dos Gastos Operacionais, passa a negativa, verificando-se, ao invés, uma redução nos gastos de 1,8M€, conforme se verifica no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 – Gastos de Exploração

Rubrica/Año	2018	2019	Δ	Δ%
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1 257 506	1 280 651	23 145	1,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	12 188 205	10 382 412	-1 805 793	-14,8%
Gastos com o Pessoal	6 468 292	7 209 233	740 941	11,5%
Outros Gastos	1 101 993	347 058	-754 935	-68,5%
Sub Total	21 015 997	19 219 354	-1 796 643	-8,5%
Gastos de Depreciação e de Amortização	6 471 476	6 574 099	102 623	1,6%
Provisões e Imparidades	33 171	-104 344	-137 515	n.a.
Total dos Gastos de Exploração (s/ serv. const.)	27 520 644	25 689 109	-1 831 536	-6,7%
Total dos Gastos de Exploração (s/ serv. const.)	31 889 365	32 180 333	290 968	0,9%

Para a variação referida, contribuiu, sobretudo, a redução de 1,8M€ que se verifica em Fornecimentos e Serviços Externos, que se explica, maioritariamente, pela diminuição dos gastos que se verificam em duas importantes rubricas que concorrem para os gastos totais da TRATOLIXO: (i) Transporte e deposição de RU; e (ii) Tratamento de Embalagens.

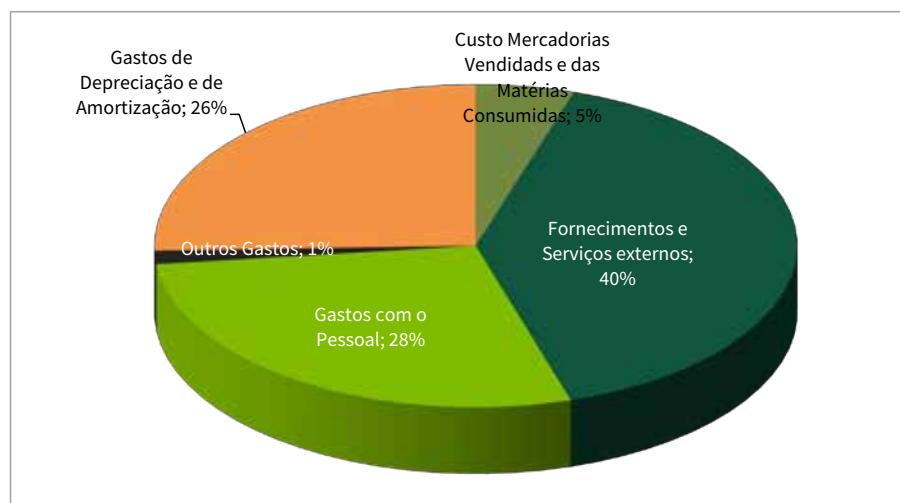


Figura 34

Distribuição do Total dos Gastos Operacionais

Estrutura Patrimonial

Un: €

Rubricas/Anos	2018	2019	Δ	Δ %
Total do Activo	186 432 270	182 381 604	-4 050 666	-2,2%
Activos Fixos	165 674 598	165 497 860	-176 738	-0,1%
Outros Activos	12 766 991	5 644 771	-7 122 220	-55,8%
Soma	178 441 589	171 142 631	-7 298 958	-4,1%
Caixa e Equivalentes	7 990 681	11 238 973	3 248 292	40,7%
Total do Capital Próprio	23 220 906	22 986 520	-234 386	-1,0%
Total do Passivo	163 211 364	159 395 084	-3 816 280	-2,3%
Dívida Financeira	147 424 351	142 972 680	-4 451 671	-3,0%
Provisões	3 147 512	3 099 709	-47 803	-1,5%
Outros Passivos	12 639 501	13 322 695	683 194	5,4%

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes era, em 31 de Dezembro de 2019, de 171M€, menos 7,3M€ que no final de 2018. Para esta variação contribuiu, sobretudo, a redução de 7,1M€ que se verifica na rubrica Outros Activos, analisada em capítulo próprio mais abaixo.

Activos Fixos

O montante de 165M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta, refere-se, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infraestruturas da concessão de responsabilidade da TRATOLIXO. Deste montante, 8,9M€ reflectem o valor de infraestruturas em curso, dando-se relevo à Central de Triagem de Embalagens que acumula já 8,4M€ realizados.

Outros Activos

A importante variação que se verifica neste item ficou a dever-se: (i) ao recebimento dos subsídios que foram atribuídos à TRATOLIXO, 4,4M€; e, (ii) à regularização da dívida dos municípios, no montante de 3,4M€, que, em 2018, por ausência de visto do Tribunal de Contas, não foi possível receber.

2. Passivo

Relativamente ao período homólogo o passivo reduziu 3,8M€, fruto da redução que se verifica na Dívida Financeira, que foi compensada pelo acréscimo que se verifica em Outros Passivos.

Dívida Financeira

Dando-se cumprimento ao contrato de financiamento a Dívida Financeira, reduziu 4,5M€, totalizando 143M€ no final de 2019. O financiamento contraído junto do sindicato bancário, em regime de “project finance”, teve como objectivo a construção das infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Provisões

Nos termos da legislação em vigor, o montante de 3,1M€ diz, maioritariamente, respeito à melhor estimativa, à data, da responsabilidade futura dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento das Células de Confinamento Técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como das lixeiras e do aterro de Trajouce encerrado em 2004.

Outros Passivos

Contribuiu para crescimento de 0,7M€, (i), o acréscimo do valor a liquidar à APA de Taxa de Gestão de Resíduos; e (ii) o valor das notas de créditos a favor dos municípios, relativas à bonificação dos resíduos verdes.

3. Capital Próprio

O Capital Próprio regista, relativamente a 2018, uma redução de 0,2M€ que se deve sobretudo ao reconhecimento, em resultados, dos subsídios atribuídos à TRATOLIXO, valor a que foram adicionados 193 mil euros referentes à reprogramação da Central de Triagem (revisão de preços).

De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes amortizações.





04.

Perspectivas Futuras

O PERSU 2020+ estabelece as linhas gerais do alinhamento que é necessário introduzir ao Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos

Missão da TRATOLIXO

Adopção de soluções diversificadas e complementares para a optimização de sinergias.

Procuramos uma distribuição equitativa do esforço dos SGRU ajustada à sua realidade.

Visão Futura

As expectativas da TRATOLIXO sobre este documento é que ele venha a definir uma estratégia a uma escala nacional

Perspectivas

Aguardamos com expectativa a finalização do processo de decisão das candidaturas efectuadas ao POSEUR, relativas à construção da nova Central de Valorização de Resíduos Verdes e da Adaptação e ampliação das unidades de tratamento mecânico de Trajouce e tratamento biológico da Abrunheira que serão determinantes para dar cumprimentos às metas do PERSU 2020+ de preparação para reutilização e reciclagem e desvio de RUB de aterro.

Esperamos, também, pela decisão da Sociedade Ponto Verde aos dois

projectos de I&DT submetidos e dos dois projectos de sensibilização/responsabilidade ambiental/incremento das recolhas selectivas/sustentabilidade/valorização. Iremos manter a aposta em projectos e I&DT vários, no domínio das recolhas selectivas, da economia circular, em soluções alternativas e inovadoras na valorização de resíduos e também na sensibilização dos cidadãos.

Já em 2020, a TRATOLIXO participa e apoia, respectivamente, uma candidatura da Câmara Municipal de Mafra e outra da Câmara Municipal de Cascais a um aviso do EEA Grants Portugal no domínio do Programa Ambiente, Alterações Climáticas e Economia de Baixo Carbono.

Todo este trabalho, efectuado em estreita colaboração com os Municípios, tem como objectivo alcançar as metas estipuladas no PERSU 2020 + e contribuir para objectivos definidos noutras políticas ambientais, tais como as políticas energéticas, de combate às alterações climáticas e de neutralidade carbónica.

Foi com muita honra que a Ordem dos Engenheiros (OE) aceitou o desafio da TRATOLIXO em organizar um Ciclo de três Conferências dedicado à temática "Resíduos Urbanos". A primeira Conferência deste ciclo, subordinada ao tema "Próximos passos na Gestão de Resíduos Urbanos", terá lugar no próximo dia 13 de Fevereiro, no Auditório da Sede Nacional da OE, em Lisboa, e contará com a presença da Secretaria de Estado de Estado do Ambiente e de especialistas nesta área.

Também estamos a organizar, para 2020, quatro seminários conjuntamente com as Câmaras Municipais de Cascais, Mafra,

Oeiras e Sintra.

Prevê-se um ano de muitos desafios para empresa, baseado na perspectiva de alterações legislativas importantes para o sector, nomeadamente no que diz respeito à revisão da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), que irá determinar as opções de gestão de resíduos a nível nacional. Espera-se que a forma de aplicação desta taxa venha a incentivar a redução/prevenção na produção de resíduos, reforce o desincentivo às operações de eliminação de resíduos e favoreça as operações de valorização de resíduos, mas é também determinante que, para que tal aconteça, o princípio subjacente a esta taxa seja efectivamente o de "apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade".

Aguarda-se, igualmente, a conclusão do processo de discussão relativo à suspensão de pagamentos da Novo Verde e da Electrão - Entidades Gestoras de resíduos de embalagem (EG), associados a resíduos de embalagem de origem urbana considerados fora de âmbito das licenças das entidades gestoras – embalagens secundárias e terciárias. Esta decisão unilateral por parte destas duas EG, para além dos impactos financeiros, coloca em causa o cumprimento das metas de reciclagem de resíduos de embalagem, de preparação para reutilização e reciclagem e desvio de resíduos de aterro.

05.

Proposta de Aplicação de Resultados



Nos termos do art.º 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2019, no valor de 74.405, 36 € (setenta e quatro mil, quatrocentos e cinco euros e trinta e seis céntimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Pereira Teixeira

Joaquim Francisco da Silva Sardinha

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO	76
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	77
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	78
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	79
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	80
1 INTRODUÇÃO	80
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	81
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	82
4 FLUXOS DE CAIXA	94
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	95
6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	95
7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	96
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS	96
9 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	98
10 INVENTÁRIOS	100
11 CLIENTES	101
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	101
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	103
14 DIFERIMENTOS	104
15 CAPITAL	104
16 RESERVAS	105
17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL	105
18 PROVISÕES	106
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	107
20 FORNECEDORES	109
21 OUTRAS CONTAS A PAGAR	110
22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	110
23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	111
24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	112
25 GASTOS COM PESSOAL	113
26 PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO	113
27 OUTROS RENDIMENTOS GANHOS	114
28 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	114
29 OUTROS GASTOS E PERDAS	115
30 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES	116
31 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	116
32 COMPROMISSOS	118
33 CONTINGÊNCIAS	119
34 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	120
35 PARTES RELACIONADAS	120
36 DISPOSIÇÕES LEGAIS	124
37 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	126
38 EVENTOS SUBSEQUENTES	126

06.



Demonstrações Financeiras 2019

BALANÇO

Montantes expressos em €

RUBRICAS	Notas	31 de Dezembro		
		2019	2018	
ACTIVO				
NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	7	144 144	73 919	
Ativos intangíveis	8	164 844 184	165 094 613	
Outros Ativos financeiros		20 955	9 861	
Ativos por impostos diferidos	9	488 578	496 204	
		165 497 860	165 674 598	
ACTIVO CORRENTE				
Inventários	10	1 191 074	1 163 173	
Clientes	11	2 980 682	2 543 352	
Estado e outros entes públicos	12	145 452	48 762	
Outros créditos a receber	13	1 208 999	8 867 837	
Diferimentos	14	118 565	143 867	
Caixa e depósitos bancários	4	11 238 973	7 990 681	
		16 883 744	20 757 671	
TOTAL DO ACTIVO		182 381 605	186 432 269	
CAPITAL PRÓPRIO				
CAPITAL E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL				
Capital realizado	15	7 010 000	7 010 000	
Prémio de emissão		120	120	
Reservas legais	16	30 000	30 000	
Resultados transitados		(832 224)	(862 602)	
Outras variações no capital próprio	17	16 704 219	17 013 010	
		22 912 115	23 190 528	
Resultado líquido do período		74 405	30 378	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		22 986 520	23 220 906	
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	18	3 099 709	3 147 512	
Financiamentos obtidos	19	138 507 494	142 959 581	
Passivos por impostos diferidos	9	491 934	512 326	
Ajustamentos em subsídios	17	4 849 612	4 939 261	
		146 948 749	151 558 680	
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	20	1 952 623	2 414 010	
Estado e outros entes públicos	12	189 620	177 185	
Financiamento obtidos	19	4 465 186	4 464 769	
Outras contas a pagar	21	5 489 803	4 171 319	
Diferimentos	14	349 104	425 400	
		12 446 336	11 652 683	
TOTAL DO PASSIVO		159 395 084	163 211 363	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		182 381 605	186 432 269	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Montantes expressos em €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de Dezembro	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	22	33 043 279	32 815 773
Subsídios à exploração	-	42 844	8 296
Variação nos inventários de produção	10	15 703	(91 893)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(1 280 651)	(1 257 506)
Fornecimentos e serviços externos	24	(16 873 636)	(16 556 928)
Gastos com o pessoal	25	(7 209 233)	(6 468 292)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10,26	3 367	1 606
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11,13,26	68 377	(67 377)
Provisões (aumentos) / reduções	18	32 600	32 600
Aumentos/ reduções de justo valor		472	(372)
Outros rendimentos	27	932 505	1 057 514
Outros gastos	29	(347 058)	(1 101 622)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		8 428 568	8 371 801
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7,8	(6 574 099)	(6 471 476)
Imparidade de investimentos deprecáveis/ amortizáveis (perdas) / reversões		-	-
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		1 854 469	1 900 325
Juros e rendimentos similares obtidos	30	-	2 799
Juros e gastos similares suportados	30	(1 781 817)	(1 806 967)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		72 651	96 156
Imposto sobre o rendimento do período	31	1 754	(65 779)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		74 405	30 378
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO		0,05	0,02

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montantes expressos em €

Descrição	Notas	"Capital realizado"	Prémios emissão	Reservas legais	"Resultados transitados"	"Outras variações Capital próprio"	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2018		7 010 000	120	30 000	(874 096)	18 844 057	11 495	25 021 576
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(1 831 048)	-	(1 831 048)
						11 495	(1 831 048)	(1 831 048)
Resultado líquido do período								
Resultado integral						30 378	(1 800 670)	
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de dezembro de 2018		7 010 000	120	30 000	(862 602)	17 013 010	30 378	23 220 906
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	30 378	-	(30 378)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(308 791)	-	(308 791)
		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
Resultado integral								
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2019		7 010 000	120	30 000	(832 224)	16 704 219	74 405	22 986 520

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Montantes expressos em €

RUBRICAS	Notas	31 de Dezembro	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		35 155 164	30 167 181
Pagamentos a fornecedores		(21 851 996)	(20 031 199)
Pagamentos ao pessoal		(6 288 634)	(5 788 366)
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		7 014 535	4 347 616
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-	(158 137)
Outros recebimentos/ (pagamentos)		(1 836 103)	(1 265 463)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		5 178 432	2 924 016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(132 713)	(16 713)
Ativos intangíveis		(37 483)	(25 786)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		686	211 858
Ativos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		4 483 752	2 553 905
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		4 314 242	2 723 264
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		1.800.153	1.997.218
Aumentos de capital		-	-
Juros e rendimentos e similares		-	2.099
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(5 300 145)	(5 333 124)
Amortizações de contratos de locação financeira		-	-
Juros e gastos e similares		(944 237)	(943 355)
Outras operações de financiamento		-	(11 477)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(6 244 382)	(6 285 857)
Variação de caixa e seus equivalentes		3 248 292	(638 577)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 990 680	8 629 257
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	11 238 972	7 990 680

Anexo às demonstrações financeiras

1. INTRODUÇÃO

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como TRATOLIXO ou Empresa), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989, tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados, bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 11 de Fevereiro de 2020. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

1.1 – ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

Entre Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2016, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito do contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra’ em 2007, de acordo com o qual a TRATOLIXO deixou de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização e definição dos circuitos.

Na sequência das alterações introduzidas em 2009 ao quadro legal e regulatório do sector das águas e resíduos em Portugal, em 20 de Novembro de 2015 a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, conforme previsto no disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto, que substituiu o contrato programa então em vigor, passando este a produzir efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro de 2043.

A substituição do contrato programa pelo contrato de gestão delegada, obrigou ao alinhamento dos objetivos estratégicos da TRATOLIXO com o PERSU 2020, conforme o PAPERSU 2020 apresentado pela TRATOLIXO e aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Em termos gerais os contratos continuam a prever os mesmos direitos e obrigações assumidos pela TRATOLIXO e a AMTRES no contrato anterior, passando contudo a vigorar um regime de fixação de tarifas com carácter vinculativo para períodos de 5 anos, sujeitas a atualização com base na inflação anual e a parecer favorável da ERSAR.

Assim no âmbito dos referidos contratos, considera-se que estes atribuem à TRATOLIXO acesso às instalações existentes no ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, para além da obrigação de construir um novo ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o ecoparque de Trajouce.

A TRATOLIXO não pode dispor livremente desses activos, para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, conforme estipulado, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema.

Assim, o contrato de gestão delegada, tal como anteriormente o contrato programa, assinado com a AMTRES constitui, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estruturas de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos.

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2019, e, supletivamente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”). Ainda a referir, por supletividade a norma ASC 980 – Regulated Operations, emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71- Accounting for the Effects of Certain types of regulation).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia de 11 de Fevereiro de 2020, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acréscimo) no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfazam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da comprehensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas (Nota 3), foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.2.1 CONVERSÃO CAMBIAL

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2.2 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

3.2.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos upgrades. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram a AMTRES. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

De acordo com os contratos que regulam a concessão, todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição são considerados como parte dos custos e encargos a recuperar nas tarifas, razão pela qual a TRATOLIXO não

procede ao registo de obrigações contratuais de reposição no final da concessão, por conta dos equipamentos de renovação/ substituição a adquirir/ construir, e integra todos os montantes dos serviços de construção / aquisição no direito de concessão quando incorridos.

Assim, o valor do direito de concessão reconhecido corresponde: (i) do valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) ao valor da permuta dos serviços de construção/aquisição em equipamentos de expansão/ requalificação/ renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) às contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão (o qual comprehende o montante classificado como direito de concessão à data da transição e os montantes subsequentes dos serviços de construção prestados em equipamentos de expansão/requalificação/ renovação/substituição) são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, de forma linear e pelo termo da concessão, a terminar em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.2.4. IMPARIDADE DE ACTIVOS

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação dos indicadores de imparidade é efetuada na revisão do modelo financeiro da concessão e sempre que ocorram alterações nas condições da concessão não passíveis de reposição de equilíbrio pelas tarifas ou pelas transferências financeiras. O teste de imparidade é efetuado ao nível da concessão como um todo, por esta corresponder à unidade geradora de caixa a que a TRATOLIXO gera benefícios económicos. O registo da imparidade é efectuado quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.2.5. ACTIVOS FINANCEIROS

O conselho de administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo

valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (“fair value hedge”), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.2.7. INVENTÁRIOS

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- (i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção, conservação e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;
- (ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;
- (iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.2.8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade

identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.2.9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e, de uma clarificação emitida pela IFRS Interpretation Committee, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.2.10. CAPITAL SOCIAL

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.2.11. PASSIVOS FINANCEIROS

O conselho de administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCIF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO despreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença, entre o valor nominal e o justo valor inicial, reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

3.2.13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre rendimento do período comprehende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.2.14. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da

exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas demonstrações financeiras no âmbito do anterior normactivo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do contrato-programa. Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para activo intangível, pela aplicação da IFRIC 12, na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispêndios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental, montante que em 31 de Dezembro de 2017 se estima em 196 mil euros.

Decorrente da instrução da AMTRES de 30 de Janeiro de 2018, a parte do valor correspondente aos custos já incorridos que havia sido capitalizado como activo intangível, foi, em 2017, reconhecida como gastos do exercício. Esta decisão do accionista prevê a recuperação imediata deste custo ao invés do que estava previsto: a sua recuperação por intermédio de tarifas futuras ao longo do período da concessão.

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de agosto, foi constituída no exercício de 2016 uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo que se estima o seu encerramento em 2026.

Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização dos aterros e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato-programa. Esta é uma medida de protecção ambiental exigida pela Direcção Geral do Ambiente, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeitas a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.2.15. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do

valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital” (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.2.16. LOCAÇÕES

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

3.2.17. GASTOS E RENDIMENTOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

3.2.18. RÉDITO

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou

prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde; Novo Verde e Electrão o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável à fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

- Tratamento de resíduos - o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios.
- Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, em termos de equipamentos a construir/ adquirir para expansão/ requalificação/ renovação/ substituição, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.3. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem,

estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.4.1. PROVISÕES

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.4.2. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão.

Por se tratar de um direito contratual sujeito a regulação (fixação de tarifa) a amortização praticada tem que reflectir o consumo do benefício económico subjacente ao direito de explorar a concessão, o que se consubstancia no valor da amortização elegível para efeitos de determinação das tarifas. De acordo com as condições contratuais em vigor (“Contracto de gestão delegada”) enquanto o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos não for aplicável à TRATOLIXO, estas são similares às do “contrato-programa” que vigorava anteriormente e que considerava como base para a recuperação dos custos e encargos da concessão o “custo de amortização de todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição”.

Assim, a amortização do direito de concessão é efectuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação / substituição destes activos,

Na data em que o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos tiver de ser adoptado pela TRATOLIXO, este método de amortização poderá ter de ser revisto/ alterado, o que poderá originar diferenças transitórias significativas nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, e consequentemente potenciais necessidades de reequilíbrio da concessão ou equilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

3.4.3. IMPARIDADE DE ACTIVOS

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.4.4. IMPOSTOS

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

3.4.5. PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rúbricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou definida a alteração do fim do prazo da concessão de 31 de Dezembro de 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização.

4.2 - DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2019	2018
Caixa	3 250	1 821
Depósitos bancários	11 235 723	7 988 860
Caixa e Depósitos bancários	11 238 973	7 990 681

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2019	2018
Numerário		
- Caixa	3 250	1 821
- Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	11 022 271	7 988 860
- Depósitos a prazo	213 452	-
	11 235 723	7 988 860
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	11 238 973	7 990 681
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
	11 238 973	7 990 681



5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

5.1. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.2. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.3 ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a EDP, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde, e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		
	2019	2018
1 de Janeiro		
Custo de aquisição	793 568	738 737
Depreciações acumuladas	(719 649)	(686 841)
Valor líquido	73 919	51 896
31 de dezembro		
Adições	118 302	17 952
Alienações e abates	(7 235)	(4 199)
Transferências / regularizações	-	41 077
Depreciação - exercício	(53 650)	(36 086)
Depreciação - alienações	6 774	3 297
Activos fixos tangíveis em curso	6 034	-
Depreciação- reg. transf. e abates	-	(19)
Valor líquido	144 144	73 919
31 de dezembro		
Custo de aquisição	910 669	793 568
Depreciações acumuladas	(766 525)	(719 649)
Valor líquido	144 144	73 919

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

As adições registadas nesta rubrica referem-se, essencialmente, a equipamentos de comunicação e áudio, equipamento social e hardware.

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2019, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas de computador	Programas de computador em curso	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
1 de Janeiro de 2019					
Custo de aquisição	565 775	7 476	198 465 871	4 639 441	203 678 563
Amortizações acumuladas	(543 220)	-	(38 040 730)	-	(38 583 950)
Valor líquido	22 555	7 476	160 425 141	4 639 441	165 094 613
31 de Dezembro de 2017					
Adições	10 519	25 917	1 475 067	4 982 242	6 493 744
Alienações e abates	-	-	(881 447)	-	(881 447)
Regularizações	-	-	-	(495)	(495)
Transferências	-	-	787 057	(787 057)	-
Amortizações - exercício	(21 994)	-	(6 498 456)	-	(6 520 450)
Amortizações - reg/alienações	-	-	658 218	-	658 218
Valor líquido	11 079	33 393	155 965 580	8 834 131	164 844 184
31 de Dezembro de 2019					
Custo de aquisição	576 293	33 393	199 846 548	8 834 131	209 290 365
Amortizações acumuladas	(565 214)	-	(43 880 968)	-	(44 446 182)
Valor líquido	11 079	33 393	155 965 580	8 834 131	164 844 184

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

Em 2019 procedeu-se à transferência dos seguintes investimentos em curso para o activo intangível direito da concessão: (i) Novo edifício social e de serviços do Ecoparque de Trajouce no valor de 705.464 euros; (ii) parte do terreno para requalificação ambiental, na proporção dos gastos incorridos com o passivo ambiental, no valor de 47.678 euros e (iii) quiosque digital no valor de 2.419 euros.

Desreconheceu-se o valor capitalizado, de 31.496 euros, por contrapartida de gastos referentes aos dispêndios incorridos com o passivo ambiental, por aplicação da Norma ASC 980 do FASB.

Foram transferidos 495 euros de investimentos em curso para gastos, relativos a um projecto que foi descontinuado.

As adições directas registadas em 2019 no direito da concessão referem-se, essencialmente: (i) Um destroçador, no montante de 289.490 euros; (ii) Equipamentos de carga e transporte no valor de 603.875 euros; (iii) Empreitadas de beneficiação e requalificação de equipamentos, no valor de 245.392 euros; (iv) e à aquisição de contentores, no valor de 14.415 euros.

As adições no direito da concessão em curso, respeitam, maioritariamente à empreitada da Central de Triagem de Trajouce. Estas adições resultam da permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de “Direito de concessão em curso” referem-se às seguintes obras:

	2019	2018
Recuperação dos Terrenos Sul	164 704	196 200
Terrenos requalificação ambiental	250 314	297 993
Central de Triagem de Trajouce	8 409 798	3 436 871
Edifício social e de serviços de Trajouce	-	705 464
Mesa galera de estrado e pivot	-	495
Implementação software Sendys BPM	33 393	7 476
Quiosque digital	-	2 419
Nova Portaria	5 915	0
Central de Compostagem Verdes	2 000	0
Projeto 4º motogerador	1 400	0
	8 867 524	4 646 917

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 o valor de aquisição das infra-estruturas da concessão, permutadas pelo direito de concessão, adquiridas sob o regime de locação financeiras é como segue:

	2019	2018
Valor Bruto	2 271 760	2 271 760
Amortizações acumuladas	(2 271 760)	(2 271 760)
	-	-

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

9. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2019	2018
Demonstração dos Resultados		
Imposto Diferido	12 766	(34 561)
Imposto Corrente (Nota 29)	(11 012)	(31 218)
	1 754	(65 779)

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	2019	2018
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	(7 626)	(55 059)
Passivos por impostos diferidos	20 392	20 499
	12 766	(34 561)

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões de monitorização de aterros e lixeiras	Provisão de selagem das CCT	Diferimento rendimentos SFAS71	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de Janeiro de 2017	34 703	417 273	44 145	-	84	496 204
Reversão por resultados	-	-	-	-	(84)	-
Constituição por resultados	-	-	-	-	-	-
Movimento do período	(2 984)	(52 159)	(7 087)	-	(84)	(62 313)
A 31 de Dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	54 687	54 687	54 687
	(2 984)	(52 159)	(7 087)	54 687	(7 626)	
	31 719	365 114	37 058	54 687	488 578	

O imposto diferido activo diz respeito: (i) às provisões de monitorização do aterro de Trajouce, das lixeiras, que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO, das células de confinamento técnico da Abrunheira e respectiva selagem (ver nota 18) (ii) e aos prejuízos fiscais apurados no corrente exercício, no valor de 260.415 euros.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem das CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
A 1 de janeiro de 2019	(49)	(512 277)	-	(512 326)
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	(106)	(106)	(106)
Alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Reversão por resultados	7	20 491	-	20 499
Movimentos do período	7	20 491	(106)	20 392
A 31 de dezembro de 2019	(42)	(491 786)	(106)	(491 934)

As reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior resultam da actualização do valor dos activos, efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.

10. INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	29 666	58 117
Arame	38 117	26 642
EPI's e Fardamentos	83 737	51 310
Outros consumíveis	922 450	927 446
Produtos acabados	135 603	119 900
Adiantamentos por conta de compras	-	1 624
Imparidade de inventários	(18 499)	(21 866)
Total inventários	1 191 074	1 163 173

O custo dos inventários reconhecido, em 2019, como gastos e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (ver nota 23) diz respeito ao consumo de arame e a gasóleo, tendo totalizado 1.280.651 euros (em 2018: 1.257.506 euros).

Os EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Do total de itens registados em inventários, como produtos acabados, 25.414 euros encontram-se contabilizados pelo valor realizável líquido. Os restantes 110.189 euros estão valorizados ao custo de produção. A variação nos inventários de produção ascendeu a 15.703 euros.

Imparidade de Inventários

	2019	2018
A 1 de janeiro	21 866	23 472
Reforço	-	-
Utilizações	-	-
Reversão	(3 367)	(1 606)
A 31 de dezembro	18 499	21 866

A reversão justificou-se pela utilização de consumíveis/equipamentos que não eram requisitados há muito tempo e cuja utilização se revelou agora necessária.

11. CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	1 345 414	-	1 345 414	1 089 330	-	1 089 330
Clientes - outros ii)	1 635 268	-	1 635 268	1 454 022	-	1 454 022
Clientes de cobrança duvidosa	91 553	-	91 553	159 931	-	159 931
	3 072 236	-	3 072 236	2 703 283	-	2 703 283
Imparidade de clientes	(91 553)		(91 553)	(159 931)		(159 931)
Total Clientes	2 980 682	-	2 980 682	2 543 352	-	2 543 352

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta dos serviços de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes de-correntes da venda de energia eléctrica injectada na rede, produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de Clientes

	2019	2018
A 1 de janeiro	159 931	92 553
Aumentos	-	68 377
Utilizações	-	-
Reduções	(68 377)	(1 000)
A 31 de dezembro	91 553	159 931

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2019		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	8 422	-	13	2 591
Impostos s/ rendimento - IRS	-	59 163	-	55 192
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	136 938	-	48 749	-
Contribuições p ^a segurança social / C. G.A.	-	129 836	-	118 750
Descontos ADSE	92	-		140
Fundos de compensação do trabalho	-	621	-	512
	145 452	189 620	48 762	177 185
Saldo corrente	145 452	189 620	48 762	177 185
Saldo não corrente	-	-	-	-
	145 452	189 620	48 762	177 185

O saldo de IVA, de 136.938 euros, refere-se ao valor a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2019.
Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2019	2018
Pagamentos por conta	16 758	25 296
Retenções na fonte	2 676	3 343
Imposto a Recuperar- Ajustam.Transição SNC	-	-
Estimativa de IRC	(11 012)	(31 218)
Total	8 422	(2 578)

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	i) 980 872	-	980 872	5 232 636	-	5 232 636
Imparidade Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	980 872	-	980 872	5 232 636	-	5 232 636
Pessoal			-	2 553	-	2 553
Devedores por acréscimo rendimento						
Faturação a emitir	ii) 203 616	-	203 616	216 535	-	216 535
Diferencial tarifário a receber	iii) -	-	-	3 391 603	-	3 391 603
Adiantamentos a fornecedores	vi) 24 511	-	24 511	24 511	-	24 511
Outras contas a receber	1 208 999	-	1 208 999	8 867 837	-	8 867 837

i) O saldo relevado em outros devedores diz, essencialmente, respeito ao valor de 933 mil euros a receber do subsídio atribuído ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) para a construção de uma Central de Triagem de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva. A variação significativa que se verifica relativamente a 2018, diz respeito aos montantes já recebidos no decorrer de 2019.

ii) Este saldo refere-se, quase integralmente, à energia a facturar à EDP no montante de 198 mil euros.

iii) Em 2018 o valor de 3.392 mil euros, referia-se à facturação a receber dos municípios, relativa ao diferencial tarifário que aguardava visto do Tribunal de Contas – valor recebido na íntegra em 2019.

iv) Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2019	2018
Seguros	4 874	291
Manutenção	-	-
Rendas	-	-
Outros serviços	113 691	143 576
Gastos a reconhecer	118 565	143 867
Faturação antecipada	299 104	375 400
Outros rendimentos	50 000	50 000
Rendimentos a reconhecer	349 104	425 400

Os gastos a reconhecer dizem respeito a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Os rendimentos a reconhecer referem-se:

- (i) Ao recebimento de 134.400 euros relativos à participação de uma entidade externa no processo de aprendizagem e *know-how* relativo à empreitada que “consiste em transportar a água quente (80°C e 90°C), que sai do circuito de água de refrigeração dos motogeradores, até aos 10 tuneis da CDA, onde deverão ser montados permutadores de calor que façam a conversão dessa água em ar quente. Aprendizagem que se prevê que irá decorrer até 2022.
- (ii) A 164.704 euros recebidos nas tarifas de 2017, que por deliberação da Assembleia Intermunicipal da AMTRES, serão para compensar com os gastos a incorrer com a recuperação do passivo ambiental de Trajouce. De acordo com a norma ASC 980 – *Regulated Operations* emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71) os rendimentos serão diferidos até que os gastos venham a ser concretizados.

15. CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Número de ações	Capital Social
Capital Social	1 402 000	7 010 000

16. RESERVAS

A rubrica de Capital próprio, Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, mantendo-se nos 30.000 euros.

17. OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”. A 31 de Dezembro de 2018, o valor líquido deste subsídio ascende a 10.675 mil euros, já deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 3.099 mil euros.

Está também reconhecido, nesta rubrica, o valor líquido de 5.717 mil euros relativo ao subsídio do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva. O valor do efeito fiscal futuro, relativo a este subsídio do POSEUR foi de 1.660 mil euros.

Em 2019, o POSEUR procedeu à reprogramação da operação pela inclusão da revisão de preços relativos à empreitada da Central de Triagem, originando um aumento do subsídio em 193 mil euros, deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 43 mil euros.

Está incluído o montante de 245 mil euros relativo ao subsídio a receber, líquido do efeito fiscal futuro de 71 mil euros, repeatante à empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce.

Estão também registados, nesta rubrica os subsídios do Fundo Ambiental para a aquisição de três viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direcionados para a CDA, atingindo o valor líquido destes subsídios 66 mil euros, valor já deduzido do efeito fiscal futuro de 19 mil euros.

	Subsídios ao Investimento	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de janeiro de 2018	24 314 913	(5 470 856)	18 844 057
Adições	2 250	(506)	1 744
Regularização por resultados exercício	(948 555)	-	(948 555)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	(1 416 337)	532 101	(884 236)
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de dezembro de 2018	21 952 270	(4 939 261)	17 013 009
Adições	193 175	(43 464)	149 711
Regularização por resultados exercício	(591 614)	-	(591 614)
Regularização por resultados transitados	-	133 113	133 113
Alienações / Diminuições	-	-	-
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
31 de dezembro de 2019	21 553 831	(4 849 612)	16 704 219

Em 2012, iniciou-se a amortização do subsídio atribuído pelo Fundo de Coesão como reflexo da entrada em funcionamento da CDA no final desse ano, pelo que, em 2019, o subsídio foi amortizado pelo período de 12 meses, considerando-se o prazo da concessão até 2043.

O ajustamento aos subsídios por conta do efeito fiscal futuro evidenciado acima, encontra-se registado por contra-partida de uma rubrica do passivo, “Ajustamentos em subsídios”.

Em 2019 iniciou a amortização do subsídio respeitante requalificação do novo edifício social e de serviços do eco-parque de Trajouce. O subsídio foi amortizado pelo período de 12 meses, considerando-se o prazo da concessão até 2043.

18. PROVISÕES

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2019 e 2018, é como segue:

	Provisões ambientais	Provisões monitorização Lixeiras e Aterro Trajouce	Provisões selagem monitorização CCT Abrunheira	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2018	196 200	167 496	2 797 722	2 400	3 163 818
Dotação	-	-	-	-	-
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	(13 263)	(3 043)	-	(16 307)
A 31 de dezembro de 2018	196 200	154 233	2 794 678	2 400	3 147 511
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	196 200	154 233	2 794 678	2 400	3 147 512
	196 200	154 233	2 794 678	2 400	3 147 512
	Provisões ambientais	Provisões monitorização Lixeiras e Aterro Trajouce	Provisões selagem monitorização CCT Abrunheira	Outras Provisões	Total
A 1 de janeiro de 2019	196 200	154 233	2 794 678	2 400	3 147 512
Dotação	-	-	-	-	-
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	(31 496)	(13 263)	(3 043)	-	(47 803)
A 31 de dezembro de 2019	164 704	140 970	2 791 635	2 400	3 099 709
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	164 704	140 970	2 791 635	2 400	3 099 709
	164 704	140 970	2 791 635	2 400	3 099 709

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

18.1 Provisão ambiental: esta rubrica refere-se à provisão constituída para a recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada. A estimativa inicial, tem sido utilizada conforme as áreas já reabilitadas, e reduzida em função da melhor estimativa dos gastos necessários à reabilitação ambiental.

18.2 Provisões monitorização lixeiras e aterro de Trajouce: refere-se à responsabilidade atribuída à TRATOLIXO para a monitorização do aterro de Trajouce encerrado em 2004, e das lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema multimunicipal concessionado à TRATOLIXO.

18.3 Provisões para a selagem e monitorização das Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira: nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se: a) a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 2.550 mil euros, tendo por base o valor actualizado em 31/12/2019 dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento, em 2026, tendo em conta a tecnologia existente; b) a responsabilidade presente e futura de monitorização das CCT nas fases de exploração e pós encerramento no montante de 244 mil euros.

18.4 Outras provisões: provisões para processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR).

19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	4 465 186	138 860 939	143 326 124	4 464 769	143 326 541	147 791 310
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	4 465 186	138 860 939	143 326 124	4 464 769	143 326 541	147 791 310
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos a pagar - especialização	-	63 834	63 834	-	67 440	67 440
Custos incrementais	-	(417 280)	(417 280)	-	(434 399)	(434 399)
	4 465 186	138 507 494	142 972 679	4 464 769	142 959 581	147 424 351

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Decorrente das negociações com as entidades bancárias, em 29/6/2015 firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um “Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação”, mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento, que tem como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

De acordo com os termos acordados tornou-se possível converter a dívida à banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando os financiamentos a seguinte maturidade:

	2019	2018
Até 1 ano	4 465 186	4 464 769
Entre 1 e 5 anos	17 858 551	20 835 342
Mais de 5 anos	121 002 388	122 491 199
	143 326 124	147 791 310

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2019 o total de 64 mil euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que formam o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os terrenos de que é titular, bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Nos termos contratualmente previstos a TRATOLIXO liquidou no decorrer de 2019 o valor de 6.190.271 euros relativos ao serviço da dívida.

Locações financeiras

A Empresa não celebrou contratos de locação financeira durante o exercício de 2018.

20. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

Descrição	2019	2018
Fornecedores - Grupo		
Fornecedores - Terceiros	1 952 623	2 414 010
Total saldo fornecedores - correntes	1 952 623	2 414 010
Total saldo fornecedores - não correntes	-	-
TOTAL GERAL	1 952 623	2 414 010

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2019	2018
Ecoambiente	-	222 735
<i>Caterpillar Energy Solutions</i>	23 421	198 290
Repsol Portuguesa	159 598	118 102
Manuel António Sobral da Costa		
EDP Comercial, S.A.	250 769	-
Cimertex	76 164	93 792
Grandalvo - Empresa Trabalho Temporário	102 030	-
Iberdrola	-	124 768
SGR,S.A.	102 973	188 971
Socamex	83 759	187 787
Resitejo	329 461	318 927
CITRI-C.Int.Trat.Res.Ind.,S.A	-	84 200
<i>Strong</i>	99 907	63 351
Maquinter	17 426	70 444
Outros (saldos < 50.000 euros)	707 117	742 643
	1 952 623	2 414 010

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	758 968	-	758 968	1 014 807	-	1 014 807
	-	-	-	-	-	-
Outros credores						
Credores diversos ii)	2 749 120	-	2 749 120	2 071 768	-	2 071 768
Acréscimos de custos						
Férias e sub. férias	1 040 770	-	1 040 770	772 768	-	772 768
Outros iii)	940 944	-	940 944	311 976	-	311 976
Outras contas a pagar	5 489 802	-	5 489 802	4 171 319	-	4 171 319

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão.

ii) Credores diversos – o saldo refere-se maioritariamente ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2020.

iii) Acréscimos de gastos – Outros - este saldo refere-se, essencialmente, a serviços diversos prestados em 2018 e a serem facturados em 2019.

22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2019 e 2018 na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2019	2018
Vendas de Produtos		
Composto	15 917	14 217
Recicláveis i)	4 871 330	5 271 575
Electricidade	2 580 125	2 576 833
Outros	4 506	-
	7 471 878	7 862 625
Prestação de Serviços		
Tratamento de resíduos ii)	18 835 202	20 584 426
Tratamento de embalagens iii)	244 974	-
Serviços de construção iv)	6 491 224	4 368 722
	25 571 400	24 953 147
Vendas e prestações de serviços	33 043 278	32 815 773

As variações registadas no rédito em 2019, relativamente ao ano anterior, ficaram a dever-se, sobretudo:

- i) Ao decréscimo das quantidades vendidas nomeadamente de Aço, PEBD, Papel Cartão embalagem, Plásticos Mistos e ECAL;
- ii) À redução da tarifa face a 2018 que, quando comparada com a de 2018, verifica-se que reduziu 4,24€/ton;
- iii) À prestação do serviço de tratamento de 1.037 toneladas de embalagens da Valorsul;
- iv) À execução da Central de Triagem de Embalagens que se encontra em construção

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

Descrição	Rédito 2019	Rédito 2018
Destroçador <i>WILLIBALD</i>	289 490	-
Equipamento Carga e Transporte	603 875	152 215
Central de Triagem de Trajouce	4 972 927	3 372 679
Edifício Social	220 099	666 454
Sistema secagem túneis - CDA	-	27 890
Outros (< 200.000 €)	404 832	149 484
	6 491 224	4 368 722

23. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Destroçador <i>WILLIBALD</i>	84 759	88 623
Equipamento Carga e Transporte	1 263 676	1 253 641
Central de Triagem de Trajouce	-	-
Edifício Social	67 784	84 759
	1 280 651	1 257 506

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- ✓ Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- ✓ Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2019	2018
Subcontratos		9 748 473	9 395 207
Transporte e deposição RSU	(i)	1 710 135	2 764 601
Serviços de contrução		6 491 224	4 368 722
Outros		1 547 114	2 261 885
Trabalhos especializados	(ii)	1 587 552	1 943 546
Conservação e reparação	(iii)	2 181 774	1 976 263
Eletrecidade		1 169 070	1 074 201
Vigilância e Segurança		335 642	317 999
Rendas	(iv)	887 397	907 102
Seguros		211 543	180 450
Agua		69 345	171 481
Limpeza, higiene e conforto		130 871	119 645
Outros fluidos		119 376	160 785
Outros (< 100.000 euros)		432 593	310 247
Fornecimentos e serviços externos		16 873 636	16 556 928

i) Subcontratos: deste saldo a) 6.491 mil euros referem-se à infra-estrutura da concessão a cargo da TRATOLIXO (2018: 4.369 mil euros); b) 1.710 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2018: 2.765 mil euros). A variação que se verifica é devida a uma diminuição das toneladas transportadas e depositadas em destinos externos, cerca de menos 22.140 toneladas que em 2018; c) do montante de “Outros” de 1.547 mil euros, 1.378 mil euros são referentes ao tratamento de embalagens (2018: 2.262 mil euros).

ii) Trabalhos especializados: a variação é devida, essencialmente, à redução nos gastos com a ETAR da Abrunheira, face ao realizado em 2018.

iii) Conservação e reparação: a variação é devida a um maior gasto com a conservação e reparações em equipamentos da Central de Digestão Anaeróbia, nomeadamente com o motogerador 1 e 3, e na metanização.

iv) Rendas: face a 2018 adquiriram-se alguns equipamentos móveis, deixando assim de existir as rendas associados aos mesmos.

25. GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2019 e 2018, foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Órgãos sociais	137 090	98 265
Pessoal	5 140 304	4 809 230
	5 277 394	4 907 495
Outros gastos		
Prémios para benefícios reforma	-	-
Encargos sobre remunerações	1 373 347	1 065 697
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	97 644	94 793
Gastos de acção social	44 964	25 331
Fardamentos e EPI's	178 362	155 803
Outros	237 522	219 173
Sub-total	1 931 839	1 560 796
Gastos com pessoal	7 209 233	6 468 292

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2019 e 2018, foram como segue:

26. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

A decomposição da rubrica Perdas por imparidade e reversões do exercício, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

	2019	2018
Perdas por imparidade		
Perdas por imparidade de clientes	-	68 377
Ganhos na venda ativos tangíveis e intangíveis	-	-
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Outros	-	-
	68 377	
Reversões de perdas por imparidade		
Reversões de perdas por imparidade de clientes	68 377	(1 000)
Ganhos na venda ativos tangíveis e intangíveis	-	-
Reversões de perdas por imparidade em inventários	3 367	(1 606)
Outros	-	-
	71 744	(2 606)
Total Perdas por imparidade e reversões	71 744	65 771

O valor registado em reversões de perdas por imparidade reflecte a avaliação à dívida atrasada de um cliente, sobre a qual se havia constituído imparidade, e face ao acordo alcançado prevê-se a sua recuperabilidade.

27. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

		2019	2018
Outros rendimentos			
Imputação do subsídio (ver nota 17)	i)	578 394	948 555
Rendimentos suplementares		10 652	10 532
Outros	ii)	343 459	98 427
		932 505	1 057 514

- i) A redução face ao ano anterior justifica-se essencialmente pelo reconhecimento do subsídio relacionado com duas reviradoras que foram alienadas em 2018.
- ii) O acréscimo relativamente a 2018 tem, essencialmente, a ver com com sobras de inventários e com o reconhecimento em resultados do processo de contencioso com a Autoridade Tributária que veio dar razão à TRATOLIXO.

28. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O crédito relativo a subsídios ao investimento, reconhecido pela TRATOLIXO, em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de Dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

"Designa- ção+B3:Q4 das entidades concedente(s)"	"Data da celebração / decisão"	Objeto / finalidade	Montante Total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito Período	Rédito Acumulado
Fundo de Coesão		Construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos		18 426 885 €		573 961 €	4 651 816 €
POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	2016-06-24	Construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva	7 376 835 €	6 566 323 €	810 512 €	- €	- €
POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	2018-10-02	Empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce	330 508 €	257 805 €	72 703 €	13 220 €	13 220 €
Fundo Ambiental	2017-09-22	Financiamento dois veículos 100% elétricos	20 000 €	20 000 €	- €	741 €	2 222 €

Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação Para a Eficiência Energética (FEE)	2017-07-18	Financiamento de Permutador de Calor para aproveitamento de circuito de água quente dos motogeradores da Central de Digestão Anaeróbia	65 415 €	65 415 €	- €	2 516 €	5 032 €
Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação Para a Eficiência Energética (FEE)	2017-07-18	Financiamento para implementação de um sistema de controlo energético (software) de gestão de consumos de energia.	2 838 €	2 838 €	- €	946 €	1 892 €
Comissão Executiva do Plano Nacional de Ação Para a Eficiência Energética (FEE)	2017-07-18	Financiamento para colocação de telhas translúcidas	3 744 €	3 744 €	- €	144 €	288 €
Fundo Ambiental	2018-11-14	Financiamento de um veículo 100% elétrico	2 250 €	2 250 €	- €	87 €	173 €
TOTAL		26 228 474 €	25 345 259 €	883 215 €	591 614 €	4 674 643 €	

Os subsídios ao investimento, afectos aos activos, são reconhecidos na demonstração de resultados na mesma cadência da amortização dos activos.

29. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2019	2018
Detalhe de outros gastos		
Quotizações	21 059	9 053
Impostos	16 473	5 806
Donativos	67 295	25 512
Perdas em inventários	55 103	50 346
Alienações ativos	133 668	783 861
Outros	53 460	227 044
	347 058	1 101 622

Em 2018 a rúbrica outros incluía o valor de 158.137 euros da liquidação de IRC, relativa ao ano de 2015, decorrente de um procedimento de inspecção da Autoridade Tributária. Conforme se refere na nota 27, em 2019 a Autoridade Tributária veio a dar razão à TRATOLIXO, tendo o correspondente proveito sido registado nas contas deste ano.

30. JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Juros e gastos similares		
Juros suportados	i)	68 377
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	1 781 817	1 806 967
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	2 799
	-	-
Total Perdas por imparidade e reversões	-	2 799

i) Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento renegociado conforme prevê o Contrato de Financiamento.

31. IMPOSTO DO EXERCÍCIO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2019	2018
Imposto s/ rendimento corrente	(11 012)	(31 218)
Imposto s/ rendimento diferido	12 766	(34 561)
Imposto sobre o rendimento	1 754	(65 779)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

2019	
Reconciliação Taxa Efectiva	
Resultado antes de Imposto	72 651
Taxa de Imposto	22,5%
	16 347
Gastos não dedutíveis	55 741
Rendimentos não tributáveis	(130 681)
Dif. temporárias dedutíveis s/ imposto diferido	(12 766)
Prejuízo fiscal	58 593
Dif. Taxa derrama municipal	-
Tributação autónoma	11 012
	(1 754)
Imposto s/ rendimento corrente	11 012
Imposto s/ rendimento diferido	(12 766)
Imposto s/ rendimento	(1 754)
Taxa efectiva de imposto	-2,4%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2019	2018
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	22,50%	22,50%

32. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, são como segue:

Compromissos com investimentos

O investimento ainda não ocorrido e contratualizado, à data do Balanço, refere-se à empreitada de concepção, construção e fornecimento da Central de Triagem de Trajouce no valor de 429.278 euros.

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2018:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	59 557	83 541	-
Equipamento informático	53 983	9 200	-
Equipamento industrial	384 011	70 301	-
			-
	497 552	163 042	

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2019:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento de transporte	69 721	148 736	-
Equipamento informático	128 297	218 345	-
Equipamento industrial	410 635	647 234	-
	608 652	1 014 315	-

33. CONTINGÊNCIAS

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2019	2018
Valorsul - Valorização eTratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste., S.A	Garantir o pagamento da receção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25/08/2003	412 500	412 500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota.	09/01/2003	6 700	6 700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota.	02/06/2009	2 000	2 000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29/12/2016	82 890	82 890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira.	29/12/2016	1 633 942	1 633 942
			2 138 032	2 138 032

Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2019, encontra-se em curso uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A Tomás de Oliveira, S.A. (TO) e a Ambitermo, S.A., empresas do Consórcio que executou a “Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira” vieram impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de 585.163,52 €.

A TRATOLIXO apresentou contestação no sentido da manutenção da aplicação e valor das multas, bem como veio pedir que as TO e Ambitermo fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.714,81. A TO e Ambitermo contestaram este último pedido.

Continua-se a aguardar a notificação do pré-saneador e/ou marcação da audiência prévia.

É da opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase e perante a complexidade probatória e jurídica do processo é totalmente impossível tecer qualquer comentário previsional.

A Administração da TRATOLIXO, nas missivas que foi trocando com o consórcio constituído pela Oliveira, S.A. e Metrocompost, SL sobre a execução dos trabalhos e conclusão da obra, veio a informar o mesmo que tinha a intenção de aplicar as penalidades previstas no contrato de Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem, de Trajouce, devidas por atrasos parciais vinculativos e/ou atrasos na conclusão da obra sucessivos, que se veio a agravar face às contingências entretanto verificadas durante a empreitada, designadamente a situação de insolvência da Metrocompost, SL.

34. INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel intervencivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2019:

- O facto de sermos entidade consultada do grupo de trabalho cuja missão é assegurar o processo de revisão extraordinária do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020);
- O envio à APA de pronúncia, emitida em sede de audiência de interessados, sobre a proposta de PERSU2020+;

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais – a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira, a minimização das emissões atmosféricas de CO₂ através da continuação da aquisição de viaturas 100% eléctricas para a frota da empresa (iniciativa com direito a incentivo fiscal atribuído pelo Fundo Ambiental) e a implementação de iniciativas de promoção do aumento da eficiência energética nos processos industriais do Ecoparque da Abrunheira (projectos co-financiados pelo Fundo de Eficiência Energética).

35. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2019, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

35.1 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 137.090 euros (2018: 98.285 euros).

35.2 TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a accionista:

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

(b) transacções e saldos pendentes

i) Accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Transacções

Serviços Prestados	2019	2018
Serviços prestados		
AMTRES	37	37
Câmara Municipal de Cascais	6 459 060	7 180 626
Câmara Municipal de Mafra	2 780 715	2 354 086
Câmara Municipal de Oeiras	3 733 284	4 037 600
Câmara Municipal de Sintra	10 771 174	9 071 481
	23 744 269	22 643 829

Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2019 e 2018, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Saldos devedores	2019	2018
AMTRES	-	37
Câmara Municipal de Cascais	240 472	147 921
Câmara Municipal de Mafra	220 009	191 667
Câmara Municipal de Oeiras	361 743	313 341
Câmara Municipal de Sintra	523 190	436 363
Clientes (Nota 11)	1 345 414	1 089 329

Saldos credores	2019	2018
AMTRES	27 790	27 790
Outros credores (Nota 21)	27 790	27 790

Acréscimo Rendimentos	2019	2018
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	-	1 076 153
Câmara Municipal de Mafra	-	352 075
Câmara Municipal de Oeiras	-	607 343
Câmara Municipal de Sintra	-	1 356 032
Clientes (Nota 11)	-	3 391 603

Acréscimo Gastos	2019	2018
AMTRES	-	-
Câmara Municipal de Cascais	382 526	-
Câmara Municipal de Mafra	40 407	-
Câmara Municipal de Oeiras	55 672	-
Câmara Municipal de Sintra	159 625	-
Clientes (Nota 11)	638 230	-

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2019, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

Recebimentos	2019	2018
AMTRES	74	-
Câmara Municipal de Cascais	8 235 635	6 864 496
Câmara Municipal de Mafra	2 387 952	2 387 952
Câmara Municipal de Oeiras	4 575 188	4 142 233
Câmara Municipal de Sintra	8 326 536	8 326 536
	23 525 385	21 721 217

36. DISPOSIÇÕES LEGAIS

Principais diplomas legais aplicáveis ou que têm implicações no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2019:

- **Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro**

Altera a Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), e a Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro, que aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema de Registo Eletrónico Integrado de Resíduos (SIRER).

- **Regulamento n.º 310/2019, de 2 de abril**

Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para Utilizadores Municipais do Sistema AMTRES.

- **Regulamento n.º 322/2019, de 3 de abril**

Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Ecocentro da Ericeira e Abrunheira.

- **Regulamento n.º 324/2019, de 4 de abril**

Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para Utilizadores Particulares do Sistema AMTRES.

- **Declaração de Rectificação n.º 360/2019, de 17 de abril**

Rectifica o Regulamento n.º 310/2019, de 2 de Abril, que publicou o Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para Utilizadores Municipais do Sistema AMTRES, publicado no Diário da República n.º 65, 2.ª série, de 2 de abril de 2019.

- **Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho**

Aprova o PERSU2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).

- **Decreto-Lei n.º 119/2019, de 21 de agosto**

Estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente.

- **Decreto-lei n.º 118/2019, de 21 de agosto**

O presente decreto -lei procede à execução na ordem jurídica interna, do disposto no Regulamento (UE) 2016/425, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março de 2016, relativo aos equipamentos de protecção individual, adiante designado por Regulamento.

- **Portaria n.º 266/2019, de 26 de agosto**

A presente portaria aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR).

- **Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro**

Reforço da protecção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de Abril, que regulamenta a protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de protecção social convergente, e 91/2009, de 9 de Abril, que estabelece o regime jurídico de protecção

social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

• Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro

Altera o Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e respectiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro.

• Lei n.º 107/2019, de 9 de setembro

Altera o Código de Processo do Trabalho, adequando-o ao Código de Processo Civil.

• Portaria n.º 320/2019, de 19 de setembro

Aprova, em anexo à presente portaria e da qual faz parte integrante, o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Instrumentos de Pesagem Não Automáticos.

• Portaria n.º 321/2019, de 19 de setembro

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Instrumentos de Medição. Procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

• Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro

A presente lei procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro, que republica, e pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho, que aprova o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.

• Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de Dezembro

Procede à décima primeira alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários do fiscal único no período de 2019 foram de 12.900 euros (2018: 11.825 euros).

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2020, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 11 de Fevereiro de 2020

07.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

08.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Tratolixo 2018 Relatório&Contas

Contacte-nos

—
Estrada 5 de Junho, nº 1 Trajouce
2785-155 São Domingos de Rana
t. +351 21 445 95 00
f. +351 21 444 40 30
residuos@tratolixo.pt

